



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVIII — Nº 183

SÁBADO, 13 DE NOVEMBRO DE 1993

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 237ª SESSÃO, EM 12 DE NOVEMBRO DE 1993

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Apelo à democratização da comunicação social, votando-se, no Congresso Nacional, a composição de membros do Conselho de Comunicação Social, criado há 2 anos pela Lei nº 8.389, de 30-12-91. Defesa do Conselho de Comunicação Social na Revisão Constitucional, contra correntes que pregam a sua extinção.

SENADOR VALMIR CAMPELO, como Líder — Considerações sobre o Editorial do jornal *Correio Braziliense*, edição de 11-11-93, intitulado *Apuração rigorosa*, sobre as denúncias de envolvimento do Governo do Distrito Federal no escândalo do Orçamento. Defesa da integridade do Governador Joaquim Roriz.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 175, de 1993 (nº 4.153/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que inclui a categoria funcional de Agente de Portaria no Anexo X da Lei nº 7.995, de 9 de janeiro de 1990. **Discussão encerrada**, após parecer de plenário favorável, tendo usado da palavra os Srs. Jutahy Magalhães e Pedro Teixeira, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1993 — Complementar, que acrescenta parágrafo ao art. 38 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para excluir do benefício do

sigilo bancário as pessoas que menciona. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1993 (nº 1.270/91, na Casa de origem), que dispõe sobre o salário mínimo de médicos e cirurgiões-dentistas. **Discussão encerrada**, após parecer de plenário favorável com emenda que apresenta, sendo, no entanto, concedido o prazo de 24 horas para emissão do parecer sobre a emenda apresentada, devido à discordância do caráter de redação da mesma, após usarem da palavra os Srs. Almir Gabriel e Jutahy Magalhães.

Redação final do Projeto de Resolução nº 86, de 1993, que autoriza a Prefeitura Municipal de Apucarana (PR) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — **BANESTADO**, dentro do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU, no valor de até sessenta e cinco milhões e quatrocentos mil cruzeiros reais. **Aprovada. À promulgação.**

Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 1992 (nº 4.620/90, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a doação do imóvel que menciona. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Projeto de Lei do Senado nº 57, de 1991, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico em Turismo. **Apreciação sobrestada**, após parecer de plenário favorável nos termos do substitutivo que oferece e contrário à emenda apresentada, e abertura de prazo para oferecimento de emendas ao substitutivo.

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR MAURO BENEVIDES — Preocupações de S. Exª com a possível suspensão das transferências

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES**

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral

Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

de recursos aos fundos constitucionais regionais, particularmente o do Nordeste, no bojo de ajuste fiscal pretendido pelo atual Governo.

SENADOR PEDRO TEIXEIRA — Desencanto do povo brasileiro com os diversos escândalos de corrupção. Editorial do *Correio Braziliense* de hoje sob o título Defesa de Brasília.

SENADOR EDUARDO SUPLICY — Ofício endereçado por S. Ex^a ao Ministro da Justiça agradecendo a atenção recebida em viagem recente a Nova Iorque e solicitando gestões junto a autoridades norte-americanas, no sentido de ser localizado o paradeiro de Ana Elizabeth Lofrano dos Santos, presumivelmente vivendo naquela cidade.

SENADOR NEY MARANHÃO, como Líder — Comunicado do Presidente do Banco do Brasil informando o patrocínio por aquele banco da 52ª Exposição Nordestina de Animais, a realizar-se de 14 a 21 do corrente mês, em Pernambuco.

SENADOR MARCO MACIEL — Considerações sobre o Seminário, realizado em Recife nos dias 21 e 22 de outubro último, intitulado O Semi-Árido no Mundo — Uma saída econômica, promovido pela Souza Cruz S/A, com o intuito de incorporar as terras semi-áridas nordestinas ao sistema produtivo nacional.

SENADOR JOÃO FRANÇA — As origens do orçamento público. Apoio à extinção da Comissão Mista de

Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Proposta de tramitação do Orçamento pelas comissões técnicas permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

SENADOR NELSON WEDEKIN — Encontro estadual da Juventude Socialista do PDT, ocorrido em Guaruapuava — SC.

SENADOR ODACIR SOARES — Lançamento da 2ª edição de "Turismo e Indústria", publicação da Associação Brasileira de Agências de Viagens. Posse da Sr^a Warly Nascimento na presidência regional da Associação Brasileira de Agências de Viagens, de Rondônia.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATO DO PRESIDENTE

Nº 557, DE 1993

3 — ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 74 e 75, DE 1993

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 237ª Sessão, em 12 de novembro de 1993

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Chagas Rodrigues e Nelson Wedekin

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SENHORES SENADORES:

Affonso Camargo _ Aluízio Bezerra _ Chagas Rodrigues _ Epi-tácio Cafeteira _ Jutahy Magalhães _ Magno Bacelar _ Marco Maciel _ Mauro Benevides _ Pedro Teixeira _ Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) - A lista de presença acusa o comparecimento de 10 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Não há expediente a ser lido.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães, primeiro orador inscrito.

JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, reconhecendo sucessivos e complexos movimentos político-sociais, nossa ainda incipiente democracia descortinou a possibilidade de extensão da cidadania a parcelas mais amplas da sociedade. Direitos resgatados, liberdades reconhecidas, a população brasileira deixou sua posição de excluída ante as decisões que determinam os seus destinos, constituiu-se como sociedade civil, consciente de suas prerrogativas, mas também de suas responsabilidades na construção da democracia plena. Da mesma forma, o Estado instaurou um processo de revisão de sua atuação, de sua dimensão, redefinindo os conceitos de público e estatal, aproximando-se mais do corpo social que representa.

Em busca de uma nova ordem institucional, pautada por relações mais transparentes e democráticas entre a sociedade e os poderes constituídos, operou-se uma redefinição de códigos, conteúdos, estratégias e prioridades a serem conjuntamente edificadas e adotadas. Nessa acomodação de papéis no jogo político-social, já não eram suficientes apenas as tradicionais esferas de participação política, como partidos, escolas, igreja, únicas minimamente possíveis durante o regime de exceção. Outras instituições, com dinâmicas diferentes e que melhor se conformassem ao desenvolver dos acontecimentos, foram procuradas: legitimaram-se sindicatos, multiplicaram-se as formas associativas de participação popular.

Elementos fundamentais nesse processo de mudança nas regras até então estabelecidas (ou impostas), os meios de comunicação eletrônicos surgiram como espaços alternativos de resistência e discussão das tensões sociais que se criaram no bojo da disputa pela satisfação de interesses antagonizados. Mais ainda, como possibilitadores de uma ampla disseminação de publicidade dos fatos cotidianos de uma nação em processo de mudança. Verifica-se a expansão da oferta de informações disponíveis, com ampliação incontestável do público receptor e das fontes de informação, ensejada pela derrubada gradual dos mecanismos censórios e sustentada por uma eficiente e sofisticada rede de infra-estrutura de comunicações montada dentro da lógica desenvolvimentista dos governos militares.

Paradoxalmente, entretanto, essa disseminação de mensagens autônomas e dissociadas da ideologia do Governo, não significou, como seria desejável, uma satisfação do direito ineludível do cidadão a ser correto e plenamente informado. Antes, o novo ator, que emergiu no processo de transição, como porta-voz da sociedade, logo assumiu tendências de monopolizar o debate ao adquirir um discurso ditado unicamente pela lógica mercantilista. Embora utilize para transmissão de suas mensagens bens de caráter público, assim entendidos os meios de comunicação eletrônicos de massa, apropriou-se desses espaços para concretização do seu próprio projeto individual. Concedidas pelo Poder Público à exploração de terceiros, as emissoras de radiodifusão sonora e de sons e imagens constituem instâncias privilegiadas de disseminação de valores e idéias que devem satisfação primordial ao interesse coletivo e às necessidades maiores da população. Assistimos, entretanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, à utilização indevida desses canais de informação, à manipulação das mensagens veiculadas, à prevalência do interesse privado sobre o interesse público. Controlados pelo capital, configuram-se inacessíveis à maioria da população, agudizando, por isso mesmo, as desigualdades econômicas no seio da sociedade e, por consequência, contribuindo para a exclusão social daquelas parcelas da população que não conseguem atingir o padrão

desejável pela lógica do consumismo. O receptor desempenha papel de mero assistente do espetáculo televisivo ou radiofônico, sem possibilidades palpáveis de interferir no processo comunicativo.

Atento ao poder desmedido e injustificado conferido por esse modelo de comunicação essencialmente comercial e concentrador a poucos grupos privados que detêm a primazia da informação, o Constituinte de 88 concebeu a criação do Conselho de Comunicação Social como órgão auxiliar do Congresso Nacional nas questões relativas à comunicação. A edição da Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, significou um dos momentos mais promissores com vistas a dar nova dimensão às relações do Estado, como poder concedente e procurador da sociedade, nesse particular, com os concessionários de emissoras de rádio e televisão. Estava aberto o caminho para uma convivência mais democrática entre os atores envolvidos no processo de comunicação de massa em nosso País, a exemplo do que ocorre em nações mais desenvolvidas. Legitimando por sua composição plural, forma por representantes patronais e das categorias profissionais envolvidas com a área, além de cinco membros da sociedade civil, o Conselho configurou a garantia de uma visão precisa da realidade e das necessidades mais prementes do setor, bem como a independência e a desvinculação político-ideológica das decisões a serem tomadas.

Quase dois anos após a sanção do diploma legal que o criou, no entanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Conselho de Comunicação Social continua a ser apenas uma promessa de instância democrática de discussão dos problemas da comunicação de massa em nosso País. Embora resultante de acordo firmado entre representantes do Fórum Nacional para a Democratização da Comunicação e do empresariado da comunicação, como ABERT - Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV, ANJ - Associação Nacional de Jornais, e ANER - Associação Nacional de Editores e Revistas, com a mediação de parlamentares, sua instalação tem sido permanentemente obstruída por interesses escusos que não admitem práticas democráticas no trato da coisa pública. Rompem acordos selados, manobram nos bastidores no afã de manter, a qualquer preço, o poder ilimitado conquistado às custas da exploração de um serviço de natureza pública. Defendem, de maneira cega e intransigente, o monopólio dos meios e da informação, o controle na disseminação de seus próprios valores e concepções, nem que para isso acabem por contribuir para o retardamento da democratização plena do País.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o longo e penoso caminho rumo à democracia, passa necessariamente pela democratização da comunicação. Entendida como o processo mediante o qual o indivíduo transforma-se em elemento ativo e não simples objeto do ato comunicativo, a democratização da comunicação significa a diversificação do conteúdo das mensagens intercambiadas e aumento do grau e qualidade da representação social na sua dinâmica. O Conselho de Comunicação Social não pode integrar aquele conjunto de iniciativas que passam à História como meros conceitos ou declarações de intenções, mas como uma decisão que signifique ação firme e efetiva para um real equacionamento dos problemas que dizem respeito à comunicação social.

O Congresso Nacional não pode furtar-se a assumir a sua responsabilidade e prerrogativa nesse episódio. Apenas de sua decisão soberana deve depender a instalação desse fórum democrático por excelência. A protelação da votação

de sua composição denuncia interesses espúrios, distanciados dos anseios maiores da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, estruturas mais democráticas de comunicação são exigência da Nação. Conclamo os ilustres Pares à imediata votação da composição do Conselho de Comunicação Social, sob pena de compactuar-se os desmandos existentes nas relações de comunicação em nosso País.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a comunicação social do País tem sido praticamente uma obsessão da minha parte. Estamos vivendo um período da vida democrática brasileira em que há necessidade de se levar informações corretas à opinião pública, com o cuidado devido, para que o cidadão possa ter condições de fazer suas análises, e não informações que interessem apenas a um lado, que atendam somente ao aspecto político ou ao aspecto econômico.

O Sr. Magno Bacelar — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Pois não. Ouço, com todo prazer, o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Magno Bacelar.

O Sr. Magno Bacelar — Nobre Senador Jutahy Magalhães, infelizmente, o assunto que V. Ex^a traz, nesta sexta-feira, a debate encontra um plenário vazio. Na realidade, trata-se de tema da maior relevância para que reencontremos os caminhos da democracia e, como disse V. Ex^a, a participação do ouvinte. Há que se fazer, num regime democrático, imprensa livre, mas com responsabilidade. O monopólio, a manipulação dos grupos mais poderosos do nosso País, com relação às comunicações, impede que isso aconteça. Em alguns estados, as notícias são veiculadas apenas no interesse ou na defesa de grupos, arrastando ao desrespeito os que não pertencem a esses grupos. No meu estado, grupos poderosos que o dominam há mais de 20 anos, proprietários de todos os canais de rádio e televisão e até dos jornais, tentam, por estarem sendo atingidos pela onda de protesto e clamor da população contra a corrupção, arrastar os que não têm veículo de comunicação ou que não se podem defender para a mesma vala comum em que se encontram. Trabalhei, no Maranhão, em rádio e televisão por mais de 50 anos, em todos os setores. Há poucos dias, convidado pela rádio de uma igreja, compareci a um debate sobre reforma constitucional, mais especificamente sobre direitos da mulher. Na oportunidade, disse eu que, não obstante o fato de ter sido criado naquele estado, há 5 anos eu não dizia um "alô" pelo microfone. É estarrecido, porque se trata de um Senador da República - atuante, modesta a parte -, que cumpre as suas obrigações. O povo toma conhecimento apenas daquilo que os que manipulam a opinião pública e dominam esse setor julgam necessário. Graças a Deus, o fato de haver antenas parabólicas e transmissão via satélite faz com que o povo ouça, assista e tome conhecimento do mundo, não se precisando ater às notícias daquelas que não retransmitem os sinais locais. É um avanço. Há poucos dias, quando da realização de sessão solene que comemorava o 21º aniversário do sistema TELEBRÁS, o nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho fez um pronunciamento dentro dessa linha. Para felicidade nossa, sabemos que não estamos sozinhos a apontar os defeitos e necessidades da comunicação social. O assunto me interessa muito, posto que, como eu havia dito anteriormente, vivi nesse setor durante toda a vida - nunca resisti quando V. Ex^a aborda o tema. Por essa razão, quando em meu gabinete ouvi o início do pronunciamento do Senador Cid Sabóia de Carvalho, deslo-

quei-me até este plenário para assistir àquele importante discurso. Há que se regulamentar questões referentes à comunicação social; há que haver participação muito maior da sociedade. Todos reconhecemos e defendemos a imprensa livre, desde que seja comunitária, desde que respeite a cidadania do povo brasileiro. Parabéns a V. Ex^a. Conte conosco para a regulamentação e para a aprovação dos projetos de V. Ex^a que se arrastam por muito tempo nesta Casa.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço pela solidariedade e concordo com V. Ex^a quando diz que é lamentável falarmos sobre este assunto com um plenário praticamente vazio de manhã sexta-feira.

Eu diria que nós, no Senado, tentamos fazer repercutir nossas opiniões. Alguns têm melhores condições junto à mídia, outros não; mas todos deixamos bem expresso o nosso pensamento, o que faz com que nossa consciência fique tranquila em relação ao que fazemos, ao que expomos e ao que procuramos transmitir à sociedade.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, se atentarmos bem para o discurso de ontem, do nobre Senador Pedro Simon, este é uma espécie de país surrealista, veremos que é uma defesa prévia para uma possível acusação, com prazo determinado, que será feita sem levar a atenção àquelas manifestações e aos documentos apresentados pela parte que poderá ser acusada.

Ora, Sr. Presidente, não vejo esse tipo de coisa em país nenhum.

Agora, somos também culpados. Nesse caso, por exemplo, do conselho, estamos, praticamente, há dois anos com o Conselho criado e até hoje não votamos para estabelecer a sua composição, e essa votação depende do Congresso Nacional. Atendendo a quê? Atendendo a lobbies daquelas empresas que não querem ver o conselho criado, porque a própria ABERT, em nota pública, já declarou que uma das suas preocupações, na Revisão Constitucional, será a extinção desse conselho.

Veja V. Ex^a até que ponto vamos, de não termos condições, dentro do Congresso Nacional, de aprovar os nomes para a composição de um conselho que foi aprovado por nós, de acordo com a própria sociedade envolvida nessa matéria!

Sr. Presidente, dessa maneira, vemos que não é possível apenas ficar aqui criticando os erros que são cometidos, os excessos, nessa fúria de denúncias que estamos atravessando, porque não são somente denúncias decorrentes da imprensa mas, também, e, possivelmente, da maioria de nós próprios congressistas. São informações apressadas, sem o devido cuidado de ouvir a explicação da outra parte. Isso porque temos que fazer notícia. Muita gente, para aparecer na televisão e nos jornais, precisa fazer notícia. Nessa hora é preciso muito cuidado, para evitarmos as injustiças que, infelizmente, estão sendo cometidas a cada instante.

Ontem, tivemos aqui vários Senadores manifestando uma opinião a respeito de um Colega nosso, que está exercendo o Ministério, mas foram críticas feitas àqueles Senadores que deram a opinião favorável, porque nessa hora a divulgação da defesa não interessa, é um ato quase que de lesa-majestade alguém defender uma pessoa que está citada. Mas isso não interessa, não preocupa àqueles que devem informar a opinião pública. Porém, uma acusação, essa tem imediatamente a divulgação necessária.

Não sou daqueles que consideram que uma simples suspeita deva levar uma autoridade a dispensar seus auxiliares. Não concordo com esse ponto de vista, porque deve haver

uma confiança mútua entre as partes e uma suspeita não pode quebrá-la, porque na hora em que a autoridade deixa quebrar essa confiança, por uma mera suspeita, não há ação adequada para fazer respeitar a integridade e a honorabilidade do seu auxiliar. Por isso discordo desse ponto de vista.

Sr. Presidente, ficamos batendo e rebatendo, aqui, sobre fatos que já são por demais conhecidos. A minha preocupação com os meios de comunicação é uma obstinação, quase uma obsessão.

Preocupa-me um projeto que apresentei, cuja tramitação será longa, demorada; mas como o relator é uma pessoa que merece a minha confiança e como tenho certeza que somente em razão das suas preocupações atuais — que são muito graves e muito importantes — é que esse parecer ainda não está pronto, logo que o parecer esteja pronto procurarei trazer esse projeto ao plenário, a fim de que esta Casa decida “sim” ou “não”, mas decida, assuma sua responsabilidade. Não vou desejar e vou tentar não permitir que esse projeto fique nas gavetas. Farei todo o esforço possível para que, antes de deixar o mandato desta Casa, no final do próximo ano, tenhamos decidido, assumido uma responsabilidade que é nossa. Não vamos ficar escondidos apenas pela omissão. Vamos definir o nosso posicionamento pelo voto.

Este é o compromisso que tenho comigo mesmo: de fazer com que esta Casa vote esse projeto; não importa se é para derrubar ou não, mas para votar, para decidir, como espero que esta e a outra Casa decidam e escolham os membros do Conselho Nacional de Comunicação, porque esta é a nossa obrigação. Não podemos ficar na base da omissão, empurrando com a barriga uma decisão que é do Congresso Nacional.

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Jutahy Magalhães, penso que estou no dever de prestar a V. Ex^a alguns esclarecimentos sobre a composição do Conselho de Comunicação que decorre de uma norma impositiva da Carta Magna em vigor. Diria a V. Ex^a que, no exercício da Presidência do Congresso Nacional, me empenhei a fundo no sentido de formalizar a criação do conselho. Realizamos sucessivas reuniões com as entidades diretamente interessadas na formação desse colegiado; chegamos mesmo a elaborar, como lista de sugestões, um elenco de nomes para compor o Conselho de Comunicação. Mas, como V. Ex^a deve entender, esse conselho terá que ser aprovado pelo Congresso Nacional. As dúvidas começaram, então, a remanescer em função das indagações que se formalizavam diante de mim, Presidente do Congresso. Como será essa processualística de votação? Em chapas isoladas? Em chapas integrais? Há possibilidade de alteração de nome, pelos parlamentares, em relação àqueles treze integrantes — salvo engano — do Conselho de Comunicação? Todas essas indagações, que evidenciavam, sem dúvida, o grande interesse pela formação desse conselho, fizeram com que se retardasse, pela falta de um consenso — que afinal não se chegou —, a aprovação do Conselho de Comunicação, que se originou de uma idéia luminosa do nosso saudoso companheiro Senador Pompeu de Sousa. Quero, então, dizer a V. Ex^a que houve, da minha parte, um empenho em dar eficácia àquele dispositivo constitucional. Mas, lamentavelmente, as sucessivas protelações que decorreram de solicitações de líderes para contato com suas bancadas, tudo isso impediu que eu jogasse, na Ordem do Dia, para uma delibe-

ração conclusiva e final, aquela listagem, representando as primeiras sugestões para a composição do Conselho de Comunicação Social.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. Ex^a este esclarecimento, mas considero, Senador Mauro Benevides, que isso vem em socorro da minha preocupação. Porque veja V. Ex^a que, há dois anos, o conselho está formado, legalmente criado. Recordo-me do tempo que levou para ser criado; recordo-me do tempo que levou para a sua tramitação no Senado Federal, a luta do nosso querido ex-Senador Pompeu de Sousa, e também a luta daqueles que não queriam que fosse criado — não vou citar os nomes agora, mas poderia citá-los; a luta de companheiros nossos que tudo fizeram para impedir a criação desse conselho.

V. Ex^a fala sobre a questão do consenso. O problema desta Casa é não acreditar na decisão da maioria. Se as lideranças começam a buscar o consenso — e esse consenso deve ser sempre buscado, mas nunca ser a razão da falta de decisão e o consenso não é encontrado, temos de partir para uma decisão democrática, da vontade da maioria.

Até hoje, dois anos passados, não chegamos a uma solução de como votar. Não é possível isso!

E, por “coincidência”, a Abert já declarou publicamente que vai lutar para a extinção do conselho. Então, por “coincidência”, essa tramitação demorada também é em razão da preocupação do lobby para evitar que esse conselho seja instalado.

O Sr. Magno Bacelar — Permite-me V. Ex^a um aparte?

OSR. JUTAHY MAGALHAES - Pois não, nobre Senador Magno Bacelar.

O Sr. Magno Bacelar — As explicações do nobre Senador Mauro Benevides alertam para um fato que V. Ex^a já salientou, mas sobre o qual não me poderia calar: de que a influência das lideranças é condenável. Quando não se encontra o consenso nas lideranças, o resto da Casa não participa. Eu queria também ratificar que não data de apenas dois anos a criação desse conselho, porque já me encontro nesta Casa no final do terceiro ano, e quando aqui cheguei já não se falava nesse assunto.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — A transformação em lei foi em 1991. Porém, aqui no Senado, realmente passou ainda na legislatura passada, no tempo do Senador Pompeu de Sousa. Recordo-me perfeitamente da sua luta, como não-Membro da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; assistia de perto a todas as nossas reuniões, para ver se conseguia aprovar na Comissão esse projeto da sua autoria, o da criação do conselho.

Foram feitas várias negociações para a formação desse conselho, com a participação dos representantes da sociedade nessa área de comunicações; foi um parto difícil, a fórceps, mas conseguimos criar o conselho; porém, não foi possível depois instalá-lo, porque há uma luta de interesses de alguns para que isso não ocorra.

Falamos da luta do lobby no Orçamento e em outros setores, mas também há a luta do lobby das telecomunicações.

Por essa razão, discutindo com o ilustre representante dessa área, ex-companheiro nosso, pessoa por quem tenho respeito e admiração, eu dizia que, quando falo em monopólio das telecomunicações, separo em dois pontos essa questão: Primeiro, vejo uma conveniência de termos verbas para ampliar a parte técnica dessa área que, infelizmente, está sendo sucateada por falta de recursos do Governo e por má adminis-

tração, principalmente no período do Governo Sarney, que tinha um ministro que não se preocupava com essa questão técnica do seu ministério. Aquele avanço tecnológico alcançado no tempo do regime autoritário foi perdido no tempo da democratização, principalmente no primeiro período de governo democrático.

E o que vejo também é que hoje esse poder está concentrado na mão de uns poucos. V. Ex^a, no Maranhão, tem o exemplo de que alguém controla os meios de comunicação no estado; se formos para Alagoas, veremos que alguém controla os meios de comunicação naquele estado; se formos para Sergipe, veremos que lá o mesmo acontece: se formos para o meu estado, também constataremos a mesma situação.

Isso tudo demonstra a maior falta de interesse da nossa Casa do Congresso Nacional em trabalhar pela democratização da informação. Para mim, este é um trabalho que deve ser executado de imediato. Enquanto permitirmos que haja a manipulação da opinião pública, através dos meios de comunicação, estaremos desservindo a democracia. E o papel desta Casa é servir a democracia. E nós não fazemos isso.

Não fazemos isso por quê? O que nos impede de trabalharmos a favor da democracia deste País? É omissão, apenas? Ou é submissão à vontade daqueles que hoje têm o poder? Não o poder político, mas o poder econômico dos meios de comunicação. E esse poder faz com que se transforme num poder político, em que se crie um candidato, eleja-se esse candidato — e que deu nessa porcaria que todos sabemos, com a qual convivemos.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, nos dias de sexta-feira sempre me refiro que falo para os Senadores vestidos de azul: são as cadeiras vazias deste Senado; mas agora há ilustres personagens sentados nestas cadeiras...

O Sr. Magno Bacelar — Mas os que aqui estão prestam muita atenção ao discurso de V. Ex^a

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. Ex^a a gentileza.

Talvez tenha me excedido no tempo, mas não me excedido na minha revolta íntima, particular, havendo manifestado tudo o que sinto, toda a preocupação que tenho e toda a revolta que me possui de permitirmos essa manipulação que existe da opinião pública.

Vamos tentar trabalhar para fazermos com que a democracia possa sobreviver através de uma boa informação para a sociedade!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem)

O SR. VALMIR CAMPELO — Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação, na qualidade de Líder do PTB, no exercício da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — V. Ex^a tem a palavra, na forma regimental.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB — DF. Como Líder. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, em face dos acontecimentos que a imprensa vem noticiando, com respeito ao Governo do Distrito Federal, gostaria apenas de ler rapidamente o editorial de ontem do *Correio Braziliense*, que retrata aquilo que também pensamos, intitulado "Apuração Rigorosa":

"As fitas gravadas sobre conversas mais ou menos comprometedoras entre o afastado secretário particular do Governador do Distrito Federal e um empresário da aviação civil, do ramo de táxi-aéreo, remetidas à CPI do Congresso Nacional que investiga irregulari-

dades no Orçamento da União, mereceram, da parte do Governador Joaquim Roriz, uma reação pronta e eficaz, que foi o afastamento de seu auxiliar próximo e a criação de uma Comissão de Inquérito Administrativo. Determinou o Chefe do Executivo uma apuração ampla e rápida dos fatos relacionados com as conversações telefônicas, a fim de que não paire nenhuma dúvida sobre a lisura dos seus atos administrativos à frente do GDF. E, se necessário, determinará a punição dos responsáveis por eventuais negócios ilícitos tramados à sombra de sua confiança.

O episódio merece a reflexão da opinião pública do Distrito Federal. O Governador Joaquim Roriz, que ocupa o Palácio do Buriti pela segunda vez, sendo agora por um mandato confiado pelo voto popular e sempre apoiado pela esmagadora maioria da opinião pública, como o demonstram numerosas pesquisas de institutos especializados, é um administrador que tem merecido o respeito de todos, inclusive o de seus adversários, pelo ritmo de trabalho e de operosidade que imprimiu à administração do Distrito Federal.

A sua obra administrativa, que se subdivide em numerosos atos concretos em favor da população brasileira, sobretudo das mais carentes, não pode, de uma hora para outra, ser diminuída ou esquecida por um episódio lamentável, mas infelizmente comum na administração pública, que é a infidelidade de algum auxiliar de confiança, porventura flagrado em atos moralmente condenáveis de advocacia administrativa, seja ou não com propósitos de obter vantagens políticas ou pecuniárias. O Governador foi rápido e eficaz na sua decisão de afastar seu assessor de confiança e, mais do que isso, de criar uma comissão de inquérito, integrada pelo Procurador-Geral, por um delegado de Polícia e por um diretor do Centro de Assistência Judiciária, para investigar, até o fundo, o lamentável episódio.

Esses são dois fatos concretos: uma suposta ação de desonestidade e um ato da autoridade superior determinando o afastamento do auxiliar e a abertura de inquérito, que pode terminar tanto na conclusão de culpa quanto de inocência do acusado. Outra coisa muito diferente, entretanto, é procurar valer-se desse episódio triste, mas inerente à condição humana, para tentar criar um palanque político-eleitoral, com o objetivo de auferir vantagens no pleito de 1994.

O Presidente da CPI do Orçamento, Senador Jarbas Passarinho, com a dupla autoridade moral e política de que desfruta, não viu nas 18 fitas gravadas nada que se relacionasse com o objeto primeiro da sua Comissão, que é o de apurar ilícitos na área do Orçamento da União. Por isso, devolveu as fitas, a fim de que a matéria tivesse a sua tramitação natural, que é no âmbito do Distrito Federal. Não cabe razão alguma, portanto, à oposição na Câmara Legislativa do Distrito Federal de tentar forçar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, de âmbito local, cujas intenções permanecem nebulosas. Investigar quem e por quê, se já está em andamento o inquérito administrativo, que todos desejamos bem rápido, como se justificar uma CPI no Legislativo local? É preciso distinguir o rigor com a moralidade de paixões políticas inaceitáveis. Antes da conclusão do inquérito, todo julgamento é precipitado e inconveniente. Depois, será outro capítulo. O

que importa agora é a apuração rigorosa das denúncias sem caráter político-eleitoral."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse é o editorial de ontem do **Correio Braziliense**, que retrata, mais uma vez, sem nenhuma paixão - como é exatamente a linha desse jornal - a verdade sobre os fatos.

O SR. MAURO BENEVIDES — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Valmir Campelo?

O SR. VALMIR CAMPELO — Com prazer, ouço V. Exª, nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES — Nobre Senador Valmir Campelo, ouvi atentamente a leitura que V. Exª fez do editorial do **Correio Braziliense**. Ontem mesmo, quando a matéria foi divulgada, eu, leitor assíduo desse importante periódico, debrucei-me sobre os tópicos do editorialista. Neste instante em que V. Exª se reporta a esse fato, permito-me oferecer o testemunho de que, durante o tempo em que exerci a Presidência da Comissão do Distrito Federal, convivendo, portanto, de forma direta com o Governador Joaquim Roriz, sempre extraí dos nossos contatos a impressão extremamente favorável de que S. Exª é um homem correto, voltado inteiramente para o interesse público. No instante em que se envolve o nome do Governador Joaquim Roriz no episódio relatado no âmbito do editorial, quero manifestar a V. Exª, por intermédio deste aparte, os meus aplausos pela iniciativa de trazer aos Anais da Casa essa manifestação e, sobretudo, levar ao Governador Joaquim Roriz a nossa palavra de conforto neste instante. S. Exª, naturalmente, deverá entender as agruras por que passa o homem público. Estou absolutamente certo de que a sua correção, a sua postura digna, tudo isso, ao final, haverá de aparecer translucidamente, projetando ainda mais a sua imagem como homem público e como administrador cumpridor dos seus deveres.

O SR. VALMIR CAMPELO — Muito obrigado, nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Valmir Campelo?

O SR. VALMIR CAMPELO — Ouço V. Exª nobre Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Nobre Senador Valmir Campelo, também quero aplaudir a iniciativa de V. Exª de ler, na tribuna, o editorial do **Correio Braziliense** de ontem, que é sóbrio, sério, como soem ser todos os editoriais desse jornal, fundado por Hipólito José da Costa e que tem compromissos com Brasília. O editorial, realmente, é um retrato da verdade que se busca, é um libelo contra os pressurosos, contra quem quer agir de afogadilho e age mais pelas luzes da ribalta do que pelo interesse de dar uma resposta positiva ao País na busca de uma posição séria. Eu, por pertencer à Comissão Parlamentar do Orçamento, fico sempre um pouco constrangido de fazer prejulgamento, de dizer alguma coisa que possa ser identificada assim, como fazem os acusadores vorazes e contumazes que, não obstante pertencerem à Comissão, não se acanham, não se envergonham de se transformar em incendiários da Pátria, denegrindo a honra alheia previamente, sem prova, sem fazer, na verdade, as sindicâncias com tranquilidade, deixando vazar normas, pessoas têm mais interesse eleitoreiro do que o da busca da verdade. Realmente não me aprofundo muito nesta matéria, mas isto não me impede de dizer que o Governador do Distrito Federal, até prova

em contrário, continua sendo, para todos nós, para os brasileiros, para mim, para V. Exª, um homem probo, reto e sério. Sabemos muito bem que se avizinha novo pleito e que o Governador Joaquim Roriz, que se preocupou com a miséria, que se preocupou realmente em minorar o sofrimento do grande povo brasileiro, tornou-se credor da simpatia da grande massa. Isso assusta determinadas pessoas que querem tomar conta do Poder central. O Governador, hoje, é, na verdade, um guardião da democracia. Há uma perspectiva de que Brasília, governada por ele ou por seu sucessor, ou por quem ele indicar, poderá ter a mesma tranquilidade que hoje tem. Há muita gente com interesse no Governo do Distrito Federal, porque aqui estão sediados todos os demais Poderes. Faço este pronunciamento, porque entendo que sempre se quer atingir as pessoas com objetivos rasteiros, soezes. Por isso, quando o **Correio Braziliense** faz essa advertência, nós, a maioria silenciosa que aqui até delega poderes aos ruidosos da Pátria, permite-lhes falarem até em nosso próprio nome, outorga-lhes procuração, temos o compromisso de, serenada a tempestade, passada essa borrasca, aplaudir iniciativas como a que foi tomada pelo **Correio Braziliense** nesse editorial. Parabéns ao jornal e parabéns a V. Exª, por trazer um editorial que manifesta uma posição sobre a qual todos devemos refletir.

O SR. VALMIR CAMPELO — Agradeço a V. Exª, nobre Senador Pedro Teixeira, por suas palavras, que passam a integrar a minha comunicação de liderança.

Agradeço igualmente a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) - Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item I:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 175, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 175, de 1993 (nº 4.153/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que inclui a categoria funcional de Agente de Portaria no Anexo X da Lei nº 7.995, de 9 de janeiro de 1990. (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

Nos termos do art. 140, a, do Regimento Interno, designo o nobre Senador Pedro Teixeira para proferir parecer sobre o projeto, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PEDRO TEIXEIRA (PP — DF. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 175/93 (nº 4.153/93 na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que inclui a categoria funcional de Agente de Portaria no Anexo X da Lei nº 7.995, de 09 de janeiro de 1990.

O referido projeto encontrava-se sob exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e recebe agora parecer de plenário, em face do pedido de urgência para a apreciação da matéria, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal.

Segundo o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Administração Federal da Presidência da República, Romildo,

Canhim, a iniciativa corrige injustiça praticada em relação aos ocupantes do cargo de Agente de Portaria. Esses servidores deveriam ter passado do nível auxiliar para o nível intermediário, conforme ocorreu com algumas categorias funcionais. Realmente, conforme expõe o Sr. Ministro, o art. 5º da Lei nº 8.460, de 17 dezembro de 1992, estabeleceu que:

"Art. 5º. As categorias funcionais de Agente de Vigilância, de Telefonista, de Motorista Oficial e as Classes "C" e "D" da Categoria de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, assim como a Classe "B" da Categoria de Agente de Serviços de Engenharia, passam a integrar o Anexo X da Lei nº 7.995/90."

A exclusão dos Agentes de Portaria, pertencentes ao mesmo Grupo — Serviços de Transporte Oficial e Portaria — ensejou, portanto, o envio do presente projeto ao Congresso Nacional, cuja aprovação restabelecerá os direitos dos ocupantes do cargo de Agente de Portaria.

É necessário ressaltar que esses servidores, segundo afirma o Ministro em sua Exposição de Motivos, "estão sendo prejudicados com sua remuneração, percebendo a menos do que aquilo a que fazem jus".

Em sua tramitação na Câmara dos Deputados, a proposição em tela foi aprovada com a introdução de uma emenda de autoria da Relatora da matéria, Deputada Maria Laura.

A modificação, segundo a mencionada Parlamentar, não obstante os termos do art. 40, § 4º, da Constituição Federal, era necessária para assegurar os benefícios da mudança de nível para aposentados e pensionistas.

A aludida Relatora acredita que "a expressa referência à aplicabilidade da lei aos proventos e às pensões pertinentes seja recomendável, para que se evitem hesitações e dúvidas desnecessárias na aplicação da futura norma legal".

Quanto aos aspectos jurídicos e ao mérito, a proposição sob exame não apresenta vícios quanto à sua legalidade e regimentalidade. Quanto ao exame da constitucionalidade, no entanto, a emenda oferecida ao projeto da Câmara dos Deputados poderia encerrar dúvidas. Com efeito, o art. 63 da Constituição Federal estabelece que é inadmissível o aumento da despesa em projeto de iniciativa exclusiva do Presidente da República.

Todavia, no que tange ao aspecto substancial da matéria, a modificação introduzida pela Câmara dos Deputados é *in totum* procedente.

Não se pode olvidar, como lembra a Relatora da matéria na Câmara dos Deputados, que existe norma constitucional impondo que os proventos da aposentadoria sejam "revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei." (CF, art. 40, § 4º).

Procedem, portanto, à luz do texto da Constituição de 1988, os argumentos que levaram a Câmara dos Deputados a introduzir o dispositivo consubstanciado no art. 3º do texto aprovado nessa Casa.

Diante dos fatos e argumentos anteriormente expostos, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 175, de 1993, na forma do texto recebido pelo Senado Federal.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Completada a instrução da matéria, passa-se à discussão, em turno único.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Só agora estou recebendo o texto do projeto. Havia uma proposição — cheguei a falar a respeito com o ilustre Relator, nobre Senador Pedro Teixeira — no sentido de que fosse modificado o prazo de vigência para a partir de janeiro de 1994. Somente o Relator poderia aceitar e apresentar essa modificação.

Parece-me que a proposição alterando o prazo para janeiro de 1994 significaria uma modificação de apenas 30 dias.

Embora, logicamente, qualquer recurso pago a menos constitua um prejuízo, creio que, para se evitar problemas maiores no futuro e para que o projeto tenha uma tramitação normal, a aceitação dessa proposta nos deixaria mais tranquilos com relação ao andamento e à solução desse problema.

Como já estamos em novembro de 93, até que essa lei seja sancionada e publicada, a diferença seria de no máximo 30 dias. Entretanto, não havendo aceitação por parte do Relator, não é possível efetuar a modificação desejada pelo Executivo.

Por isso, desejo apenas deixar aqui patenteado que houve uma proposta de entendimento nesse sentido. Não sendo possível sua aceitação, votaremos de acordo com o parecer do Relator, porque não pretendemos criar qualquer obstáculo à aprovação de uma matéria que é reconhecidamente justa e necessária. Mas deixo aqui consignada, contudo, a tentativa de entendimento nesse sentido. Muito obrigado.

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. PEDRO TEIXEIRA (PP — DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Desejo apenas asseverar ao nobre Senador Jutahy Magalhães que esses entendimentos estão sendo feitos num universo de amadurecimento, e ainda não se esgotaram nem exauriram todas as possibilidades.

De modo que apresentarei as razões finais na fase de encaminhamento da votação, que provavelmente não ocorrerá hoje.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Nobre Senador, devemos encerrar a discussão hoje. A votação ficará adiada.

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Há sempre uma esperança, Sr. Presidente. A matéria está sendo examinada com muita seriedade tanto por mim como pela Deputada Maria Laura e pelo Governo. Portanto, vamos nos reservar para uma solução definitiva no encaminhamento da votação. Por enquanto, ficamos pelo parecer que acabamos de emitir.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Continua em discussão a matéria. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação da matéria fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — **Item 2:**

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 135, DE 1993-COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1993-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta parágrafo ao art. 38 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para excluir do benefício do sigilo bancário as pessoas que menciona, tendo

Parecer, proferido em Plenário, Relator: Senador José Richa, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos, favorável ao Projeto e pela tramitação autônoma, como projeto de lei, das emendas apresentadas.

A matéria está em fase de votação.

A votação da matéria fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — **Item 3:**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 59, DE 1993**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1993 (nº 1.270/91, na Casa de origem), que dispõe sobre o salário mínimo de médicos e cirurgiões-dentistas. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais.)

Nos termos do art. 140, letra a, do Regimento Interno, designo o nobre Senador Almir Gabriel para proferir parecer, em substituição, à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. ALMIR GABRIEL (PSDB — PA. Para proferir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o presente projeto de lei de autoria do Exmº Deputado Virmondes Cruvinel, aprovado na Câmara dos Deputados, dispõe sobre o salário mínimo de médicos e cirurgiões-dentistas a que se refere a Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961.

Tem por finalidade, segundo o seu autor, adequar o texto da Lei nº 3.999/61 à Constituição Federal, que proibiu a vinculação do salário mínimo a qualquer fim, inclusive para fixação de pisos salariais.

Além disso, o projeto de lei propõe um valor para o salário mínimo de médicos e cirurgiões-dentistas de Cr\$284.553,18 — esclareço que este valor se refere a cruzeiros e não a cruzeiros reais —, a partir de maio de 1991. Propõe ainda que este valor tenha correção mensal a partir de abril de 1991, com base no Índice de Variação da Cesta Básica de que trata a Lei nº 8.178, de 1º de março de 1991.

Na justificativa do projeto, o seu ilustre autor refere que o valor proposto foi encontrado por meio da atualização do salário mínimo profissional da categoria, no período compreendido entre dezembro de 1961 a maio de 1991, com base na variação do Índice do Custo de Vida — ICV, calculado pelo DIEESE. Diz ainda que não se trata de concessão de aumento, mas de simples correção com base em índices confiáveis sobre a variação do custo de vida.

A Constituição de 1988, de fato, impede qualquer vinculação ao salário mínimo. Assim, é necessária a adaptação

da Lei nº 3.999, de 1961, ao texto constitucional, pois as duas categorias profissionais estão, até o momento, sem base legal de referência para seus pisos salariais.

Quanto ao valor proposto para maio de 1991, o autor foi bastante cuidadoso e buscou aquele que representou apenas a correção salarial com base em índices os mais realistas possíveis de inflação no período de dezembro de 1961 a maio de 1991.

Do ponto de vista do mérito, existe toda a razão na proposição; no entanto, há alguns pontos que necessitam correção.

Em primeiro lugar, a Lei nº 8.177/91 proíbe a indexação de valores extinguindo a correção monetária. Assim, é conveniente a substituição da expressão correção por atualização monetária.

Em segundo lugar, se o valor do salário mínimo constante no caput do art. 1º foi fixado para maio de 1991, a atualização mensal deverá ser a partir de junho de 1991 e não de abril de 1991, conforme proposto pelo Deputado Virmondes Cruvinel.

Em terceiro lugar, a Lei nº 8.178, de 1º de março de 1991 — e não 1º de maio de 1991 —, previu a existência do Índice de Variação da Cesta Básica de 1º de março a 31 de agosto de 1991 apenas. A Lei nº 8.222, de 5 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de salários, em seus arts. 3º e 4º, refere-se ao INPC — Índice Nacional de Preços ao Consumidor, como base para reajuste salarial; portanto, a nova política salarial passou a adotar o INPC como base para reajuste salarial.

A Lei nº 8.419, de 7 de maio de 1992, que dispõe sobre a política nacional de salários, instituiu o IRSM — Índice de Reajuste de Salário Mínimo, e refere em seu art. 2º que “refletirá a variação mensal do custo de vida para a família de renda até dois salários mínimos”. Essa Lei revogou explicitamente a Lei nº 8.222, embora o INPC continue a existir e é calculado pela Fundação IBGE.

O IRSM foi mantido pela Lei nº 8.542, de 23 de dezembro de 1992, que dispõe sobre a política nacional de salários, atualmente em vigor. O IBGE realiza os cálculos do IRSM a partir de janeiro de 1992.

Resumindo, o Índice de Variação da Cesta Básica não mais pode ser adotado, pois simplesmente não existe legalmente, e nunca foi de fato um índice, uma vez que a Lei nº 8.178 previu que o então Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento definiria a metodologia de aferição de sua avaliação. Porém, essa metodologia jamais foi adotada.

Ora, depreende-se destas considerações que é necessário adotar-se um índice de atualização a partir de junho de 1991, ajustado à legislação vigente. O IRSM reflete a variação mensal do custo de vida para famílias com renda até 2 salários mínimos (§ 1º, do art. 2º da Lei nº 8.542). Não se vincula, assim, o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas ao salário mínimo, mas sua atualização pelo índice de reajuste do salário mínimo, sem o ganho real que, às vezes, é dado a este.

Dessa maneira, fazendo-se necessárias apenas alterações de redação no presente projeto, entendemos que, salvo melhor juízo dos Srs. Senadores, é dispensável o retorno do projeto à Câmara, bastando comunicar a esta as modificações, as correções de texto que ajustam o projeto à legislação em vigor.

Propusemos uma emenda, com o seguinte teor:

“Dê-se a seguinte redação ao parágrafo único do art. 1º do projeto.

Parágrafo único. O valor referido no **caput** deste artigo passa a ter a atualização mensal a partir de junho de 1991, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC, a que se refere a Lei nº 8.222, de 5 de setembro de 1991, até o mês de dezembro de 1991, e, a partir de janeiro de 1992, com base no Índice de Reajuste do Salário Mínimo — IRSM, de que tratam a Lei nº 8.419, de 7 de maio de 1992, e a Lei nº 8.542, de 23 de dezembro de 1992, ou no índice que vier a substituí-lo."

Do nosso ponto de vista, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é da maior importância que seja fixado esse valor, esse piso, na medida em que a relação da empresa privada com os profissionais ligados à área da saúde tem-se deteriorado progressivamente ao longo desses anos e, frequentemente, temos visto profissionais sendo remunerados com valores equivalentes a meio salário mínimo ou um pouco mais do que isso, quer no Sul, quer no Norte do País, fazendo com que muitos desses profissionais sejam obrigados a ter três, quatro empregos, o que faz deteriorar consideravelmente as condições do relacionamento com a população, especialmente com os doentes.

Este é o nosso parecer, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — V. Exª, nobre Relator, apresenta emenda pela qual dá nova redação a determinado artigo. E, pelo que V. Exª esclareceu, não se trata rigorosamente de emenda de redação. Todavia, nobre Senador, aceita a emenda de V. Exª, o projeto retornará necessariamente a outra Casa — à Casa iniciadora.

O SR. AMIR GABRIEL — Sr. Presidente, tenho a impressão que não, porque em termos de valores e de essência não há qualquer mudança no projeto.

Foram utilizadas datas inadequadas, na medida em que o Deputado propôs que determinado índice passasse a vigorar no momento em que ainda não havia sido fixado. Em consequência disso, foi necessário, a nosso ver, um ajuste nesta redação; já na questão essencial, relativamente aos valores, tanto a remuneração quanto a correção salarial continuam aquelas previstas por S. Exª

De maneira que, no nosso entendimento, numa posição de compreensão do Senado Federal, poder-se-á ter exatamente esta visão de que se faz apenas uma correção de redação, até porque se prosseguirá nesta situação absolutamente injusta com relação à remuneração dos profissionais ligados à saúde, quer médicos, quer odontólogos.

Este é o apelo que quero fazer: que o Plenário do Senado entenda que, na verdade, apenas fizemos um ajuste de redação a fim de que a legislação hoje existente relativa à matéria seja respeitada por este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Para que o Plenário fique devidamente esclarecido, passo a ler o parágrafo único do artigo, tal como veio da Câmara e que tem o seguinte teor:

"O valor referido no **caput** deste artigo passa a ter correção mensal, a partir de abril de 91, com base no Índice de Variação da Cesta Básica, de que trata a Lei nº 8.178, de 1º de março de 91."

A emenda oferecida pelo nobre Relator está vazada nos seguintes termos: "O valor referido no **caput** deste artigo passa a ter atualização mensal a partir de junho de 1991".

Antes dizia: "A partir de abril de 1991, com base no Índice de Variação da Cesta Básica, de que trata a Lei nº 8.178"

A emenda diz: "...com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor". E a partir de janeiro de 1992: "...com base no Índice de Reajuste do Salário Mínimo — IRSM".

O projeto, como veio da Câmara, fala apenas em variação da cesta básica, de que tratam as Leis nºs 8.419 e 8.542, de 23 de dezembro de 1992.

Diz ainda a emenda do nobre Relator: "...ou no índice que vier a substituí-lo".

Então, se o nobre Relator nos permite, há, na realidade, a boa vontade, o espírito de colaboração, o desejo de concorrer para que o Congresso aprove, dentro do tempo mais curto possível, cumprindo assim os seus deveres. Isso levou o nobre Relator a ter esse entendimento.

Quer nos parecer que, rigorosamente, não se trata de emenda de simples redação, a não ser que V. Exª aceite o parágrafo tal como veio. Se V. Exª, como Relator, insiste na emenda, já que, pelo menos, há dúvida, pois V. Exª entende ser uma emenda de mera redação, então, nos termos regimentais, a emenda que altere apenas a redação da proposição será submetida às mesmas formalidades regimentais de que dependerem as pertinentes ao mérito.

O parágrafo único do art. 234 do Regimento Interno diz:

"Parágrafo único. Quando houver dúvida sobre se a emenda apresentada como de redação atinge a substância da proposição, ouvir-se-á a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania."

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Um momento, nobre Senador.

De modo que, se V. Exª, nobre Relator, entender que, realmente, se trata de uma simples emenda de redação, persistindo essa dúvida, teremos que, nos termos regimentais, ouvir a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O nobre Senador Jutahy Magalhães tem a palavra para discutir a matéria.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Lamento profundamente discordar da opinião de V. Exª, Sr. Presidente, que é um mestre na interpretação regimental. Mas temos vários precedentes aqui, no Senado, de modificação desses índices, porque, infelizmente, é a política econômica que determinam tais variações.

Devo ressaltar que como os projetos, de modo geral, têm uma longa tramitação pelas duas Casas do Congresso, muitas vezes nós temos que fazer essas modificações porque os valores, os índices da época em que o projeto está sendo decidido pelo plenário do Senado estão muito além dos estabelecidos no início da tramitação do projeto.

Essa proposta de emenda do Senador Almir Gabriel é exatamente neste sentido, porque quando fala na diferença de mês é em razão de não existir mais aquele fator que determinava aquela variação quando aprovada na Câmara. Não existindo mais o fator, este não pode mais servir de base para qualquer cálculo, dentro daquelas normas que estão sendo estabelecidas hoje.

As variações de cálculo, de cesta básica para salário mínimo, por exemplo, resultam de mudanças na política econômica

no decorrer dessa tramitação. A razão é exclusivamente de adaptação a situações posteriores à aprovação na Câmara, e não de fazer modificar o mérito do projeto, os valores do projeto.

Essa posição assumida pelo Senador Almir Gabriel não é apenas de boa vontade, é de necessidade a uma adaptação à realidade atual. Se não for observada essa modificação, o projeto não existe, ele é inócuo, pois inexistem os índices que estão naquele projeto oriundo da Câmara.

Agora, se depois de aprovado aqui no Senado, o projeto, ao retornar ao Congresso, necessitar de mudanças para atualização dos índices econômicos, teremos que fazê-las, pois talvez em novembro, dezembro, ou janeiro, venha qualquer modificação nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Mesa ouviu as considerações de V. Ex^a e quer justamente dividir com o Plenário a responsabilidade.

Está presente aqui, além de V. Ex^a, o nobre Senador Elcio Alvares, membro da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Poderíamos ouvir a opinião de S. Ex^a

Trata-se de uma emenda oferecida pelo nobre Relator, Senador Almir Gabriel, que apenas altera o parágrafo único deste projeto. Pediria a S. Ex^a, que é também um douto, se pronunciasse em substituição à Comissão. Se S. Ex^a tiver o mesmo entendimento, a Mesa acolherá a sua decisão de boa vontade.

O SR. ELCIO ALVARES — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) - V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ELCIO ALVARES (PFL — ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria, na forma regimental, de pedir um prazo de 24 horas, para poder oferecer minha opinião.

O SR. MAGNO BACELAR — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) - O nobre Relator designado, Elcio Alvares, terá 24 horas para proferir o seu parecer, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Bacelar.

O SR. MAGNO BACELAR (PDT — MA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tenho demonstrado, por inúmeras vezes, o respeito pelos conhecimentos do nobre Senador Elcio Alvares. Pedi a palavra, para uma questão de ordem - mas V. Ex^a, Sr. Presidente, acabou de esclarecer-me. É que, sendo o nobre Senador Elcio Alvares membro da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e não tendo sido designado, como V. Ex^a acaba de fazê-lo, não poderia individualmente apresentar um parecer. Embora V. Ex^a não tenha citado o meu nome — não sou jurista, sou apenas bacharel — eu estava presente e por isso é que levantei a questão de ordem.

Agora, sim, V. Ex^a, usando de poderes que lhe confere o Regimento, acaba de designar o Senador Elcio Alvares para apresentar parecer a respeito. Assim, a Comissão está honrosamente representada.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ALMIR GABRIEL — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ALMIR GABRIEL (PSDB — PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Faço questão de insistir, junto a V. Ex^a e aos demais companheiros do plenário, no fato de que, na verdade, esse projeto começou em 1991. Ao longo do tempo, ele teve que se utilizar de indicadores que durante a época da Ministra Zélia Cardoso de Mello foram alterados e, posteriormente, foram novamente modificados. Tudo aquilo que foi colocado ao longo do tempo a respeito de legislação acabou perdendo o efeito, o mesmo ocorrendo com uma série de leis.

O que fizemos? Aceitamos apenas a adoção dos indicadores hoje existentes, em primeiro lugar; em segundo lugar, tivemos o estrito cuidado de respeitar os valores que seriam alcançáveis, caso aqueles indicadores realmente pudessem ser utilizados. Existe também uma lei que retira a possibilidade do uso da expressão "correção monetária". Assim, retiramos a palavra "correção" e colocamos "atualização monetária". Com essas duas modificações, chegou-se ao mesmo valor antes previsto. Isso deve dar algo em torno de 115 a 121 mil cruzeiros reais.

Se persistirmos nessa discussão infinda, vamos prosseguir, além desses três anos, talvez com mais outros três, e não fixaremos o valor do piso que o médico e o odontólogo devem receber pelo trabalho que exercitam.

O que tem acontecido ao longo desses anos no nível das instituições privadas de saúde? Elas se valem da inexistência do piso para manter os profissionais remunerados até na ridícula situação de 15 ou 22 mil cruzeiros reais hoje, por quatro horas diárias de trabalho médico. Quer dizer, perpetua-se, prolonga-se uma situação de absoluta e terrível injustiça contra profissionais que têm que trabalhar com a saúde e com a vida das pessoas.

O apelo que faço, em primeiro lugar, é no sentido de seja compreendida essa adaptação de redação apenas em relação à forma, porque a essência, a fixação de um piso, é toda respeitada. E em segundo, o prosseguimento daquele limite previsto, caso estivesse ainda em vigência o primeiro indicador proposto pelo Deputado Virmondes Cruvinel. Essas as colocações que faço, especialmente dirigidas ao nobre Senador Elcio Alvares, devido ao seu extraordinário espírito de justiça, enorme compreensão das causas sociais e dedicação a essas questões.

Proponho que o projeto em análise não volte à Câmara, que, na situação que enfrenta hoje, não consegue votar as questões mais simples, evitando-se, dessa forma, que a proposição demore mais um ano, dois ou três anos, perpetuando, assim, a terrível situação de injustiça por que passam as categorias ligadas à área da saúde, consequência de terrível exploração, sobretudo na relação médico-empresas privadas.

Esse é o apelo que faço e o esclarecimento que quero dar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) - As ponderações do nobre Relator, cujo espírito público é reconhecido e proclamado por todos, são inteiramente compreendidas pela Mesa que, no entanto, quer evitar que algum Sr. Deputado reclame, dizendo que esta Casa remeteu à consideração presidencial projeto oriundo da Câmara dos Deputados alterado no Senado. Para evitar isso, vamos esgotar o assunto, ouvindo

a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Pelas considerações de V. Ex^a, é de se esperar que o representante da citada comissão, que deverá proferir parecer no prazo de 24 horas, acolha o entendimento do nobre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Item 4

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer nº 393, de 1993) do Projeto de Resolução nº 86, de 1993, que autoriza a Prefeitura Municipal de Apucarana (PR) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. - BANESTADO, dentro do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU, no valor de até sessenta e cinco milhões e quatrocentos mil cruzeiros reais.

Em discussão a redação final, em turno único. (Pausa.)

Encerrada a discussão sem apresentação de emendas, a redação final é considerada definitivamente aprovada, nos termos do disposto no art. 324 do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO
DE RESOLUÇÃO Nº 86, DE 1993**

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, _____, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº _____, DE 1993

Autoriza a Prefeitura Municipal de Apucarana (PR) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, dentro do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU, no valor de até CR\$65.400.000,00.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Apucarana (PR), nos termos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de empréstimo no valor de até CR\$ 65.400.000,00 (sessenta e cinco milhões e quatrocentos mil cruzeiros reais), junto ao Banco do Estado do Paraná — BANESTADO.

Parágrafo único. A operação de crédito autorizada envolverá recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano — FDU, dentro do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU.

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação são as seguintes:

- a) valor pretendido: CR\$65.400.000,00;
- b) juros: 12% a.a.;
- c) prazo para desembolso dos recursos: 12 meses;
- d) índice de atualização monetária: Taxa Referencial Diária;
- e) garantia: parcelas do ICMS;
- f) destinação dos recursos: Obras de infra-estrutura;
- g) condições de pagamento:
 - do principal: em quarenta e oito parcelas mensais, vencendo-se a primeira doze meses após a primeira liberação;
 - dos juros: não existe período de carência.

Art. 3º A presente autorização deverá ser utilizada no prazo de duzentos e setenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Item 5:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 1992 (nº 4.620/90, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a doação do imóvel que menciona, tendo

Parecer favorável, sob nº 346, de 1993, da Comissão

— de Constituição, Justiça e Cidadania.

A matéria ficou sobre a mesa durante cinco sessões ordinárias, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, letra b, do Regimento Interno.

A proposição não foram oferecidas emendas.

Passa-se à discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a votação fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Item 6:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 1991

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

De autoria do Senador Marco Maciel, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico em Turismo. (Dependendo de parecer.)

Nos termos do art. 140, letra b, do Regimento Interno, designo o nobre Senador Elcio Alvares para proferir parecer, em substituição à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. ELCIO ALVARES (PFL — ES. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Lei em análise, de autoria do nobre Senador Marco Maciel, tem como objetivo regulamentar o exercício da profissão de Técnico em Turismo.

Em seu art. 1º, a Proposição estabelece o reconhecimento da profissão a que se refere.

O art. 2º especifica que o exercício profissional seja privativo de diplomados em curso de nível superior, no Brasil e/ou no exterior, de professores titulares, assistentes ou adjuntos das cadeiras de Teoria, Técnica, Planejamento e Organização em Turismo, em estabelecimentos de ensino superior, e daqueles que, na data da promulgação da lei, tenham efetivo exercício das atividades específicas da profissão, por pelo menos cinco anos.

O art. 3º determina que as pessoas legalmente habilitadas deverão registrar o diploma no órgão competente do Ministério da Educação.

Já o art. 4º indica os objetivos das atividades da categoria profissional de Técnico em Turismo.

O art. 5º inclui a profissão em questão no Grupo da Confederação Nacional das Profissões Liberais.

E o art. 6º estabelece um prazo de 60 (sessenta) dias para que a lei e, que se transformar o Projeto seja regulamentada pelo Poder Executivo.

Quanto ao art. 1º, nada a acrescentar. Já o art. 2º, ao incluir, entre as pessoas habilitadas ao exercício da profissão, os professores titulares, assistentes e adjuntos de estabelecimentos de ensino superior cria, no mínimo, uma redundância, de vez que os professores do ensino de 3º Grau, na

área de Turismo já estariam devidamente abrangidos, seja pela alínea a, seja pela alínea b.

No que concerne ao art. 3º, relativo ao registro do diploma, seria prudente uma mudança de caráter redacional, tornando-o mais genérico, de vez que o Governo Federal intenciona desregulamentar a questão. Parece certo que, em futuro próximo, o registro de diplomas deixaria de ser responsabilidade do Ministério da Educação, através de suas delegacias, passando a ser uma atribuição das próprias universidades.

Quanto ao art. 4º, parece-nos ter havido um desvio é uma abstração, ao indicar os objetivos das atividades desenvolvidas. Tratar-se-ia, mais adequadamente, de indicar as atividades típicas da profissão, que se visa regulamentar, com base na legislação vigente.

No que se refere ao art. 5º, nada há a observar.

Acreditamos, porém, que poder-se-ia incluir, no texto do projeto de lei em questão, artigo referente ao piso salarial, praxe que vem sendo mantida, no âmbito do Congresso Nacional, em todos os projetos de lei relativos à regulamentação de profissões.

Ao projeto foi apresentada emenda, de autoria do nobre Senador Gerson Camata, acrescentando artigo que dispensa guia turístico nas excursões por via rodoviária.

Por tratar-se de assunto não diretamente relacionado à regulamentação da profissão de Técnico em Turismo, somos pela rejeição à emenda.

Diante do exposto, somos pela aprovação do projeto de lei em análise, nos termos do seguinte substitutivo:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, de 1991

Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico em Turismo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica reconhecida, em todo o Território Nacional, a profissão de Técnico em Turismo, observados os preceitos desta Lei.

Art. 2º O exercício da profissão e a designação de Técnico em Turismo são privativos:

a) do diplomado em curso superior de Turismo, devidamente reconhecido;

b) do diplomado por estabelecimento de ensino superior estrangeiro, em curso equivalente, desde que o respectivo diploma seja reconhecido, na forma da legislação vigente;

c) dos que, na data da promulgação desta Lei, venham exercendo comprovadamente, pelo menos por cinco anos, as atividades específicas de Técnico em Turismo (art. 4º).

Art. 3º As pessoas habilitadas, na forma da presente Lei, deverão obter registro profissional no órgão ou instituição competente, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 4º As atividades específicas de Técnico em Turismo são:

I — coordenação, orientação e/ou execução especializada de trabalhos técnicos, estudos, pesquisas e projetos na área de Turismo;

II — análise de dados econômicos, estatísticos e sociais necessários à formulação de política, planos, programas e projetos do setor turístico;

III — elaboração de planos visando ao desenvolvimento do setor turístico;

IV — análise e estudos relativos a levantamentos sócio-econômicos e culturais, na área de Turismo ou em outras áreas, que tenham influência sobre as atividades e serviços de Turismo;

V — coordenação e orientação de trabalhos especializados, a nível intermunicipal, interestadual e inter-regional, visando favorecer a integração de atividades e serviços turísticos;

VI — coordenação e orientação de trabalhos de seleção e classificação de locais e áreas de interesse turístico, visando ao adequado aproveitamento dos recursos naturais e culturais, de acordo com sua natureza geográfica, histórica, artística, bem como sua viabilidade econômica;

VII — coordenação e orientação de levantamentos, estudos e pesquisas relativamente a instituições, empresas, órgãos, públicos e privados que, atualmente ou potencialmente, atendam ao setor turístico, a nível municipal, estadual, regional ou nacional;

VIII — coordenação e orientação de levantamentos de necessidade de treinamento, visando à formação e/ou o aperfeiçoamento de pessoal, a nível técnico ou de prestação de serviços;

IX — coordenação, orientação e elaboração de planos e projetos de **marketing** turístico;

X — consultoria e assessoria na elaboração de planos, programas e projetos a serem desenvolvidos no setor turístico.

Art. 5º As atividades de Técnico em Turismo serão desenvolvidas em empresas privadas ou públicas, órgãos ou entidades, conforme o estabelecido na legislação específica e correlata, bem como nas resoluções normativas emanadas do Instituto Brasileiro de Turismo — EMBRATUR.

Art. 6º Fica acrescida, ao Grupo da Confederação Nacional das Profissões Liberais, constante do Quadro de Atividades e Profissões anexo à Consolidação das Leis do Trabalho, a categoria de Técnico em Turismo.

Art. 7º Fica assegurado à categoria profissional de Técnico em Turismo, como piso salarial, o valor de retribuição praticado pelo Poder Executivo com base na Lei nº 6.721/79 de 12 de novembro de 1979.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O parecer conclui favoravelmente ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

A matéria ficará sobre a mesa durante cinco sessões ordinárias, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Governo tem cogitado de promover um ajuste fiscal, a fim de que possa reestruturar as suas contas e enfrentar as dificuldades do déficit público, enfim de todas aquelas contas que vêm levando o Governo a uma situação de extrema delicadeza.

Durante o processo de revisão constitucional, que se iniciou praticamente com a votação do substitutivo ao Projeto de Regimento da Assembléia Revisora — processo que terá seguimento na próxima semana —, esperávamos que, nessa ocasião, o Governo se utilizasse da etapa revisionista para promover as alterações fiscais desejadas. Entretanto, hoje, numa entrevista concedida a um programa de televisão, o

Líder do Governo na Câmara dos Deputados, Deputado Roberto Freire, anunciou que o Governo, sem qualquer proteção, irá propor ao Congresso Nacional o chamado ajuste fiscal e, evidentemente, não esperará pelo processo revisionista, já instaurado em razão das decisões recentes adotadas nesta semana, com a participação de Senadores e Deputados.

O que me traz à tribuna hoje, Sr. Presidente, é exatamente o desejo de me reportar ao ajuste fiscal, no que tange especificamente a uma das propostas que estaria inserida no contexto das sugestões que, neste instante, vêm sendo examinadas pelo Governo. Trata-se da malsinada idéia que visa à "suspensão das transferências da União para o Fundo Constitucional do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste, que absorve 3% da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI".

Não acredito, Sr. Presidente, que se efetive, no âmbito do Governo, uma decisão que atinja o chamado Polígono das Secas, justamente em um momento dramático, vivido por aquela faixa geográfica do País.

Sabe V. Ex^a que, nos três últimos anos, as quedas pluviométricas escassearam, de forma cruelíssima na região nordestina, trazendo imensas dificuldades, que estão sendo enfrentadas com o apoio do Governo Federal, dos Executivos Estaduais, e das próprias Prefeituras Municipais. Estas, mesmo exauridas, são compelidas a ajudar na manutenção das chamadas frentes produtivas.

A nossa preocupação refere-se à possibilidade de que, se a nossa região prescindir desta fonte de recursos, que é o Fundo Constitucional, gerido criteriosamente pelo BNB, as dificuldades que enfrenta, hoje, a população daquela área assumirão dimensão e abrangência bem maiores.

Para que V. Ex^a, que conhece a problemática da nossa região, possa avaliar o que isso representa em relação ao Nordeste, este ano os tais recursos estiveram em derredor de 360 milhões de dólares. Ora, a previsão para o próximo ano deve ser da ordem de 700 ou 800 milhões de dólares. A supressão dessa fonte de recursos seria algo injusto, despropositado e de uma inoportunidade gritante no que tange à nossa região. Venho, portanto, à tribuna para alertar o Governo em relação a essa medida, que significaria um verdadeiro despautério a ser adotado pela administração Itamar Franco.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES — Com imenso prazer, nobre Senador.

O Sr. Josaphat Marinho — Nobre Senador Mauro Benevides, se o despropósito já não estivesse na natureza do assunto, com relação ao Nordeste, perguntar-se-ia: e pode o Governo alterar, por qualquer medida legal, o que tenha origem constitucional?

O SR. MAURO BENEVIDES — Perfeitamente.

A pergunta de V. Ex^a é absolutamente procedente, mas eles envolveriam essa decisão não em descaracterização ou em derrogação do princípio constitucional - o que exigiria manifestação do Congresso -, mas partiriam por aquela trilha sinuosa da suspensão de transferência do recurso, embora eu entenda que o ministro responsável por essa atitude estaria incurso em crime de responsabilidade, uma vez que significaria o descumprimento de uma norma inserida no art. 192 da Lei Fundamental brasileira.

O Sr. Josaphat Marinho — É evidente. A obrigação de natureza constitucional não pode ser desfeita por nenhum artifício do Executivo.

O SR. MAURO BENEVIDES — Perfeitamente, nobre Senador. A esse alerta deve-se minha presença na tribuna, agora com a participação de V. Ex^a, que tem, mais do que qualquer um de nós, inquestionável autoridade em temática relacionada com constitucionalidade e inconstitucionalidade de qualquer matéria.

Quero, portanto, advertir o Governo, o Ministro Fernando Henrique Cardoso e a equipe econômica: vamos promover o ajuste fiscal, vamos buscar recursos que equilibrem as contas do Governo, mas nunca atingindo de forma implacável, impiedosa, despropositada e absurda a região Nordeste, retirando-lhe esses recursos, criteriosamente geridos pelo Banco do Nordeste do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA (PP — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O País vive uma das fases mais difíceis de sua história. Há quase uma década, tenta-se abater uma inflação que teima em resistir. Há anos, tenta-se conduzir o País a seu destino, que teima em continuar à deriva.

A situação é grave. Os brasileiros vivem uma situação ciclotímica, enervante e desesperadora. A CPI do Orçamento começa o desmonte do mito popular, construído no final do ciclo autoritário, de que vontade e boas intenções seriam condições suficientes para mudar a sociedade, a política e a economia do Brasil.

Os brasileiros acreditaram que, se os 20 anos de regime militar significaram a ausência de vida democrática, o aumento nas desigualdades sociais, o descontrole inflacionário e os escândalos privados com dinheiro público, os dias que viriam com democracia seriam brindados pela abundância generalizada, pela justiça social, pela estabilidade econômica e pelo espírito público. Ledo engano.

O que se presenciou nos últimos 10 anos, desde o fim dos Governos militares, foi talvez a série mais longa e contínua de ansiedades, frustrações e esperanças na história da ciclotimia brasileira.

A frustração popular pode ser contada em cinco atos. Em 21 de abril de 1985, com a morte do "arquiteto" Tancredo Neves, a população viu desabar, prematuramente, suas expectativas construídas através da bandeira das "Diretas já". Empunhada por José Sarney durante 5 anos, a bandeira da esperança foi deixada esfarrapada com um déficit de 6,5% do PIB, uma inflação anual de 2.750% e quatro planos frustrados de combate à inflação.

Com a posse do Presidente Fernando Affonso Collor de Mello, a população se viu novamente enfeitada, esperando, através do tiro certo no tigre, do vigor físico e da coragem do primeiro representante eleito pelo voto direto em 20 anos, a solução imediata de todos os males que afligem, há tantos anos, a Nação.

Os inúmeros momentos de mania e outros tantos de depressão, vividos pelos brasileiros nos últimos anos, encontraram em Fernando Collor um parceiro ideal. A desesperança popular com os políticos e instituições, no final do Governo Sarney, achou no ex-presidente disposição para enfrentar um novo ciclo. Sem a participação de políticos e com a disposição de quem abate tudo a golpes de caratê, Collor reacendeu

as expectativas populares e já seu primeiro ato, em um gesto **robinhoodiano**, nivelou toda a Nação a um poder de compra de Cr\$50 mil.

Da noite para o dia, em um gesto de audácia nunca experimentado em tempos de paz, foram reduzidas as disparidades da renda disponível a zero. De fato, ficou a esquerda perplexa e a direita indignada mas, acima de tudo, ficaram os brasileiros, principalmente os descamisados, com a certeza de que estariam a caminho do paraíso.

As denúncias de corrupção e a CPI do PC desmoronaram mais um ciclo de esperança da população. Com taxas de desemprego beirando 12% e inflação estacionada no patamar de 30%, os brasileiros descobriram que esperança era apenas um quadro dependurado na parede.

Povo teimoso esse nosso, Sr. Presidente, Srs. Senadores: ressurgem das cinzas, vai para as ruas de cara pintada e volta a acreditar que, com o **impeachment** de Collor, a prosperidade iria chegar. Bastou apenas mais um ano para descobrir - agora pela quinta vez - que não se derruba a inflação com pauladas ou através de alquimistas prepotentes. Também não se corrigem as disparidades sociais apenas com boa vontade.

A CPI do Orçamento abre uma enorme cicatriz no Estado brasileiro e mostra que a relação de promiscuidade entre o Congresso e as elites tem seus dias contados. O Brasil caminha na direção certa. Uma sociedade pluralista e justa está aí. Estamos apenas virando a esquina.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Brasília está pagando um preço alto pelas diversas crises por que passa o País. Receptiva às crises e aos escassos momentos de euforia nacionalista, o Distrito Federal reflete o sentimento ciclótico da população.

A crise no Congresso Nacional - diria mais, a crise do Estado brasileiro - transborda sobre a cidade que é acusada de corrupta, de ilha da fantasia, de capital dos marajás e até mesmo, por sua localização, responsável pelas mazelas que estão sendo apontadas pela CPI do Orçamento.

A história não tem sido generosa para com a cidade. Construída a toque de caixa por Juscelino Kubitschek, foi tratada com desprezo por Jânio Quadros que a considerava um estorvo para a governabilidade do País. Os militares tentaram minimizar sua importância e apagar os vestígios que associavam a obra ao seu criador.

Nos anos cinquenta transformou-se no símbolo da euforia desenvolvimentista; durante os governos militares ganhou um contorno gelado do autoritarismo e da tecnocracia; e agora é transformada na marca registrada das benesses e da corrupção.

Alguns acusam e responsabilizam a cidade e, indiscriminadamente, seus moradores pela mazelas da política fisiológica e clientelista. Os moradores envergonham-se e têm medo de ser confundidos com os sanguessugas da Nação.

O jornal **Correio Braziliense**, de hoje, no editorial intitulado Defesa de Brasília, repetindo, até certo ponto, alguns meandros do edital de ontem, já lido pelo Senador Valmir Campelo, diz em sua fase final:

"Corrupção não é um fenômeno típico de Brasília. Antes, é uma epidemia nacional. Não há um só sítio no Brasil onde não vicejam denúncias de atos irregulares. No Rio Grande do Sul, a CPI da Propina estarece a opinião pública. Já no Rio de Janeiro é a infiltração do narcotráfico e o jogo do bicho na própria Assembleia Legislativa, com o envolvimento de um número assombroso de policiais. São Paulo não foge à regra.

Ali centenas de processos correm no âmbito da polícia e do Judiciário para apurar fraudes atribuídas a políticos.

Portanto, a imprensa sulina desempenharia melhor o seu papel se cuidasse de exercer vigilância e denunciar as próprias imundícies locais."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Brasília é a representação física da Nação e como tal traduzirá sempre o espírito dos brasileiros em relação ao Parlamento e ao Executivo. O patriotismo virá com o pleno emprego, com a justiça social, com o crescimento econômico e com o renascimento do espírito público no Congresso Nacional.

O Sr. Valmir Campelo — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Ouço o aparte do nobre Senador Valmir Campelo.

O Sr. Valmir Campelo — Nobre Senador Pedro Teixeira, coincidentemente estou até com um discurso mais ou menos pronto nos mesmos termos do que V. Exª está proferindo nesta manhã. Inclusive o tema do meu pronunciamento é o perigo da generalização. O que vemos - V. Exª que brilhantemente está compondo a CPI, sob a Presidência de um homem ilustre como o nobre Senador Jarbas Passarinho -, o que percebemos diante de tudo isso, é que há um interesse indisfarçado de fomentar a discriminação regional, imputando a Brasília - conforme V. Exª se refere - responsabilidade por fatos ocorridos a nível nacional. Diria mais, nobre Senador, a imprensa, no afã de divulgar notícias, está sendo maldosamente alimentada com insinuações que prejudicam esta cidade, Capital do Brasil, atendendo claramente a interesses políticos-regionais. De forma que V. Exª fez um pronunciamento, como sempre, sóbrio, sério e que traduz realmente o pensamento daqueles que comungam com a sua tese. Meus parabéns.

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Eu é que agradeço, nobre Senador Valmir Campelo. E reiterando as digressões que fiz ao pronunciamento de V. Exª nesta manhã, renovo o pedido para que essa maioria, calada e silente, não se quede inativa.

Na verdade, Brasília é o alvo central para se tomar o poder político. E todas as vezes em que aqui surge uma liderança contrária a essas forças tentam desgastá-la, como estão tentando com o atual Governador e um possível concorrente ao Governo do Distrito Federal, homem de primeira estirpe, o eminente Ministro Maurício Corrêa, contra quem se assacam injúrias procedentes de pessoas desqualificadas. Tudo isso tem uma visão: há partido político determinado a conquistar o Governo de Brasília e para isso precisa destruir as forças que são capazes de ir à vitória. Há um interesse velado nisso tudo. Afora a "dor de cotovelo" — como bem diria o nobre Senador Ney Maranhão — dos que não querem sair do litoral. Estão afeitos e acostumados ao litoral e, realmente, não querem dar um pulo para a marcha do oeste.

São dois elementos que precisam ser analisados: o interesse de tomar o poder político de Brasília — pelo voto, é claro — e, para que isso ocorra, procuram desgastar todos aqueles que tiverem, porventura, a oportunidade de representar o sentimento de uma grande massa...

O Sr. Ney Maranhão — V. Exª me permite um aparte?

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Pedro Teixeira, nesta manhã, desta tribuna do Senado, V. Exª faz um pronunciamento sobre o qual todos devemos refletir. No que concerne

ao Congresso, é preferível a pior democracia à melhor ditadura. Quem não se lembra dos escândalos da Delfin, da Coroa Brastel? Dentro desse prisma, tenho recebido telegramas e abaixo-assinados de sindicatos, de pessoas da classe média, enfim, do assalariado, daquele que está sofrendo mais na pele essa terrível inflação. V. Ex^a, como Líder de um partido, pede o apoio para a não realização da revisão constitucional. E respondo a V. Ex^a o seguinte: quanto aos direitos e garantias, fique tranqüilo que este Senador se bate por elas. Agora, temos que aumentar a produtividade e os deveres. No meu entender, há grande número de artigos sobre garantias e direitos; se não me engano, temos 78 artigos sobre garantias, 4 sobre deveres e 1 sobre produtividade. Temos que aumentar o número em relação aos dois últimos itens, para o outro ser cumprido. Temos o exemplo do INSS, que na escrita é a Previdência mais adiantada do mundo, mas na execução é a mais atrasada, devido a essa situação. Esses escândalos que estão aparecendo aí também ocorrem graças à nossa Constituição. V. Ex^a tem, no seu gabinete, o seu computador ligado ao SIAFI, sabendo V. Ex^a de todas as verbas, aquilo tudo que é distribuído. É a transparência. Senador, o Congresso precisa mudar algumas leis cínicas - que estão sendo atacadas, de frente, agora -, como, por exemplo, a Lei Eleitoral. O que é a Lei Eleitoral? E se eu o digo é porque sempre falo o que sinto; às vezes, isso até me prejudica, como no caso da sonegação, naquela época em que disse que todo mundo sonegava. E, por força de expressão, disse que este Senador sonegava. Levei bordoadas de todo o País! E a sociedade está tentando e vai resolver o problema do ajuste fiscal, com justiça fiscal, para que todos paguem os impostos. Mesmo que seja pouco, se não pagou, cadeia, chave no sonegador. O problema da Lei Eleitoral, Senador, é o mesmo caso. O empresário ajudava, "por debaixo do pano"; o político gastava, "por debaixo do pano", e prestava conta à Justiça Eleitoral, também "por debaixo do pano". Isso veio para dentro desta Casa. Alertei! A única emenda, por coincidência, pela qual me bati neste Senado, quando veio o projeto da Câmara impondo-nos uma Lei Eleitoral, no canto da parede, sem que tivéssemos prazo suficiente. Seria preferível, Senador, que a Justiça Eleitoral regulamentasse. E quando veio aquele artigo, onde um deputado saía de um partido, com o tempo debaixo do braço, para se filiar a outro, alertei: isso vai estimular a corrupção, será uma maneira direta de diminuir o prestígio do Congresso - que já estava lá em baixo. E não deu outra. Aprovamos, e o resultado é esse de estarmos investigando deputados que saíram de um partido para outro, o que todos sabem através da imprensa. E a imprensa, Senador, é também causadora desta situação que estamos vivendo no Congresso. Pois veja V. Ex^a, por exemplo, o Senador João Calmon, que luta pela educação, que é o paladino da educação neste País; V. Ex^a luta pelo Distrito Federal; o Senador Valmir Campelo faz um pronunciamento aqui, vai à Comissão, queima as pestanas, passa 30, 40 dias, brigando pelo projeto. A imprensa não publica uma linha. Mas quando se trata de tentar desmoralizar, aí ela publica. Porque em todo canto existem os sem-vergonhas; não tem conversa, eles estão em todas as sociedades, inclusive dentro da própria família! Senador, se esta Instituição for fechada ou desmoralizada, quem mais vai sofrer é justamente a imprensa, que vai ficar arrolhada. Acredito que, a cada dia que passa, as coisas vão se esclarecendo; o Congresso, o Senado e a Câmara vão tomando suas medidas e, inclusive, aperfeiçoando as instituições. Estamos passando por uma fase difícil, mas, no meu entender, o povo brasileiro

já está se conscientizando, já está começando a separar o joio do trigo. Com respeito ao que V. Ex^a acabou de citar, embora eu não tendo nada com a eleição pelo Distrito Federal, quero dizer que o seu Governador está fazendo um bom trabalho, está chamando a atenção do País, as pesquisas estão mostrando. Em árvore que dá fruto, Senador, existem aqueles que jogam pedras, para tirar o fruto ainda verde. V. Ex^a está, neste momento, defendendo uma causa justa, a qual, no meu entender, todos nós, brasileiros e democratas, apoiamos. Parabéns a V. Ex^a por este pronunciamento.

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Eu é que agradeço os subsídios que V. Ex^a traz, ao terminar este meu modesto pronunciamento. Gosto muito das citações de V. Ex^a e às vezes até me utilizo delas, porque sei que V. Ex^a é *vox populi*, é voz do povo; muitas delas são criadas, outras, repetidas. E não há registro em cartório que lhe dê a outorga de uma propriedade exclusiva, isso tem de ser partilhado.

Eu diria que, se prosseguirmos nesta jornada em que estamos, nesta Comissão à qual pertencemos, prorrogando indefinidamente esse sistema, para os que gostam das janelas e das vitrines, se continuarmos isso sem observar o fim específico a que ela se destina, vão sobrar tubarões brancos sem serem punidos. Porque esses também, como V. Ex^a bem taxou, estão interessados em que o processo se prolifere, se desencadeie e que vá se arrastando e atingindo, justa ou injustamente, a quem quer que seja. Já conheço muitos tubarões brancos, dos quais não quero declinar o nome, que ainda nem sequer foram citados nessa Comissão. Por quê? Porque estão preocupados com secretário de governador, assunto direcionado especificamente para se atingir eleitoralmente alguém. Essa questão de secretário de governador, se está se gravando ou não problema relacionado a traficante de tóxico etc., é da Polícia Federal.

Se vamos abrir uma CPI para qualquer coisa, amanhã iremos apurar adultérios, cheques sem fundos, agressões, prevaricações, fatos de uma órbita, de um universo que nada tem a ver conosco, mas que interessam, porque escandalizar faz parte dos que não estão querendo passar o Brasil a limpo - ou pode ser até que estejam, desde que seja deles o comando.

V. Ex^a é da Comissão. Tenho receio de irmos chorar amanhã na cama, que é lugar quente. É bom que se avise previamente: vamos enfrentar esses arautos da maledicência; vamos enfrentar colegas nossos que estão denegrindo as instituições, ao invés de atingirem as pessoas que têm erro. Se há erro, tudo bem, mas cada um na sua órbita, cada um no seu universo. Se o assunto é da competência do Judiciário, é do Judiciário; se é da competência do Sherlock Holmes, que seja da competência do Sherlock Holmes. Cada um tem a sua esfera de ação. Mas é preciso parar de vedetismo, para que sejam colocadas as coisas sérias, porque, senão, vão sobrar tubarões brancos. Isso vai realmente ser triturado e o fim específico, o objetivo colimado, não vai ser alcançado.

Finalizando, cabe a nós a missão de resgatar as instituições e não culpar Brasília pela corrupção. Vamos dar a Brasília e aos brasileiros o orgulho e o respeito pela sua capital, uma cidade que nos permite trabalhar com a necessária tranqüilidade. O resto são acusações menores, frutos da inveja, da frustração, da intolerância e de interesses políticos eleitorais velados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Teixeira, o Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice — Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nelson Wedekin, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Wedekin) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPlicy (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, estou encaminhando, na data de hoje, o seguinte ofício ao Exmº Sr. Maurício Corrêa, digníssimo Ministro da Justiça.

“Prezado Sr. Ministro,

Agradeço a atenção de V. Exª, do Ministro Celso Amorim, das Relações Exteriores, do Embaixador Marco César Meira Noulaski, Cônsul-Geral do Brasil em Nova Iorque, da Cônsul Mônica Salsky, pela atenção dada a mim na viagem que fiz a Nova Iorque, de 8 a 10 de novembro de 1993, com o propósito de encontrar indicações da estada da Srª Ana Elizabeth Lofrano Alves dos Santos naquela cidade.

(Na verdade, corrigindo, foi de 9 a 10 de novembro de 1993, porque permaneci apenas dois dias lá).

“Em companhia de sua filha, Adriana Alves dos Santos Porto, sempre acompanhada da consulesa Mônica Salsky, que foi muito prestativa, conseguimos ouvir depoimentos de pessoas que reconheceram pela foto anexa a Srª Ana Elizabeth em três lugares diferentes: na loja “Coisas Nossas”, na Rua 46, onde se vendem jornais e comestíveis tipicamente brasileiros, o funcionário Alex Cunha disse tê-la visto e conversado animadamente com ela há cerca de um mês; no restaurante “Via Brasil”, na calçada em frente, o garçom Carlos mencionou assertivamente que serviu à Srª Ana Elizabeth uma refeição, na ocasião em que ela se fazia acompanhar de uma amiga, possivelmente há um ou dois meses. No Hotel The Shoreham, o funcionário José, porto-riquenho que acompanha os hóspedes ao quarto com as malas, e mais três arrumadeiras afirmaram, com muita segurança, reconhecer a senhora da foto como pessoa amigável, que costumava usar calças Jeans e que estivera lá hospedada, há não muito tempo, ainda que não se tenha encontrado o seu nome no registro de hóspedes. Poderia ter estado com outra pessoa.

Por outro lado, o Cel. Hélio de Moura e a Srª Amélia Penteado de Moura, que estiveram em Nova Iorque, em final de julho, confirmaram, ontem, a Adriana Alves dos Santos Porto, que encontraram-se casualmente com a Srª Ana Elizabeth Lofrano Alves dos Santos, em 29 de julho de 1993.

Relatou a Srª Amélia que na Loja Sack s, na 5ª Avenida, a Srª Ana Elizabeth dela aproximou-se, tocando-lhe no ombro, perguntando se dela não se lembrava, pois se conheciam bastante, no tempo em que a Srª Amélia trabalhava, por 20 anos, em Brasília, como Secretária junto à Presidência da República, enquanto que Ana Elizabeth trabalhava em inspeção de educação e no MEC.

Juntas foram, então, à Catedral St. Patrick s, onde fizeram uma oração e depois tomaram chá nas proximidades, tendo o Cel. Hélio de Moura também a visto, sem acompanhar todo o diálogo. Na ocasião, Ana Eli-

zabeth falou que estava morando em Nova Iorque por que muitas coisas erradas estavam ocorrendo no Brasil.

Diante destas evidências, Sr. Ministro, venho solicitar a V. Exª sejam tomadas as providências cabíveis junto às autoridades do Governo Norte Americano, no sentido de auxiliarem na busca do paradeiro da Srª Ana Elizabeth Lofrano Alves dos Santos.

O esclarecimento sobre o seu destino e o seu depoimento serão muito importantes, não apenas do ponto de vista de seus familiares, mas, também para a CPI que apura os fatos relacionados ao Orçamento da União, denunciados por seu marido, José Carlos Alves dos Santos.

Venho também renovar a solicitação, no sentido de ser provida a segurança à vida da Srª Ana Elizabeth Lofrano Alves dos Santos, logo que se souber de sua localização, na hipótese, agora melhor evidenciada, de que ela esteja viva.

Respeitosamente,
Eduardo Matarazzo Suplicy.”

Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de esclarecer, com mais clareza, a decisão que tomei segunda-feira última de ir tão repentinamente aos Estados Unidos.

Lembram-se V. Exª — podemos todos lembrar — que ainda na quarta-feira última, quando aqui estávamos arguindo o ex-Ministro e Deputado Ricardo Fiúza, a certa altura, já no final da tarde, fiz um apelo a todos os cidadãos que pudessem de alguma forma trazer notícias do paradeiro da Srª Ana Elizabeth Lofrano Alves dos Santos que se comunicassem conosco. Avaliava que isso era muito importante para que esclarecêssemos algumas coisas que não estão claras ainda, que estão sendo averiguadas tanto pela CPI quanto pelas autoridades policiais de Brasília e pela Polícia Federal.

Minha irmã costuma andar a pé nos arredores da localidade onde fica o seu apartamento em São Paulo, muitas vezes em companhia da Srª Amélia Alves de Moura, uma senhora de 64 anos. Na sexta-feira pela manhã, casualmente, essa senhora disse à minha irmã, com naturalidade, que se havia encontrado com a Srª Ana Elizabeth em julho último em Nova Iorque. E comentou, então, que a Srª Ana Elizabeth tinha conhecimento de fatos muito graves ocorridos em Brasília e que, por isso, ela estava fora do Brasil. Também relatou, na oportunidade, que, quando ela mencionou o nome do Sr. José Carlos Alves dos Santos, a Srª Ana Elizabeth reagiu, dizendo que preferiria não falar de seu marido.

Quando minha irmã me disse isso, no sábado — casualmente e por outras circunstâncias, eu estava no Rio de Janeiro —, solicitei-lhe que marcasse um encontro com a Srª Amélia. Assim, às 7 horas da manhã de segunda-feira, na residência de minha irmã, encontrei-me com a Srª Amélia que confirmou aquilo que dissera antes.

Julguei o fato tão importante que, de pronto, vim a Brasília e às 10h30min., estava no gabinete do Ministro da Justiça, Maurício Corrêa, a quem relatei o que acontecera. S. Exª também considerou o fato importante. Disse-lhe, então, que estava disposto a ir a Nova Iorque para verificar a possibilidade de encontrar a senhora Ana Elizabeth.

O Ministro da Justiça, então, disse-me que comunicaria o fato ao Senhor Presidente da República que solicitou ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, fosse dado a mim todo apoio na curta viagem que faria a Nova Iorque, a fim de verificar evidências de que a Srª Ana Elizabeth tivesse por ali passado.

Ao retornar por acaso, encontrei-me com a Srª Adriana Alves dos Santos Porto, de 23 anos, médica, formada no ano passado, filha do Sr. José Carlos Alves dos Santos e da Srª Ana Elizabeth Lofrano Alves dos Santos.

Disse à Srª Adriana, que estava acompanhada de seu advogado, Dr. Grossi, que precisava relatar-lhe algo de grande importância. Fui, então, até o escritório do Dr. Grossi, onde primeiro conversei apenas com a Drª Adriana, que, ao saber dos fatos, ficou muito impressionada e pediu-me que também os relatasse ao Dr. Grossi.

Surgiu a idéia de viajar junto com a Srª Adriana, pois avaleiei que, se porventura encontrasse a Srª Ana Elizabeth em Nova Iorque, obviamente ela teria mais confiança de conversar comigo se estivesse a sua filha presente.

Assim, Adriana avaliou que deveria também ir, mas não dispunha de recursos no momento. As pessoas perguntam: "Ah, mas como é que você foi? Quem pagou?" Como tinha pressa de viajar, não solicitei à CPI que pagasse a minha passagem. Como V. Exª sabem, os Senadores têm uma cota de passagem. Normalmente, nós temos o cartão de crédito das companhias aéreas e viajamos de acordo com as nossas cotas que, geralmente, são quatro idas e voltas ao nosso estado de origem. Se porventura estouramos a nossa cota, pagamos as passagens excedentes com nossos próprios recursos.

Assim, usei o cartão de crédito e, quando for debitado na minha conta, eu mesmo me responsabilizarei pelo pagamento da minha viagem.

Com respeito às despesas da Srª Adriana — tenho autorização do Dr. Grossi para dizer isso —, o advogado dela, Dr. Grossi, teve a iniciativa de dizer: "Olha, eu considero essa viagem tão importante, que do pagamento que já me foi feito — e nada mais vou cobrar por serviços prestados ao Sr. José Carlos Alves dos Santos —, eu considero essa viagem tão importante que me comprometo a pagá-la com dinheiro dos honorários recebidos". Acrescentou ainda que havia recebido duas parcelas de 10 mil dólares cada. Quando chegar a cobrança, avisarei o advogado. Já informei ao Dr. Grossi que cada passagem custou cerca de 980 dólares, ida e volta, classe econômica. Viajamos, porém, na classe executiva por uma deferência especial da Varig.

Em Nova Iorque permanecemos apenas uma noite no Hotel Olcott, onde a conta, dividida entre os dois, foi de 206 dólares, por um apartamento que tinha dois quartos separados. É importante que esses fatos sejam esclarecidos, para evitar que se levantem hipóteses.

Eu considero importante descobrir-se o paradeiro de Dª Ana Elizabeth.

Ainda ontem o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou um editorial sobre minha iniciativa criticando o "Senador Detetive".

Ora, quero aqui declarar aos editorialistas do jornal *O Estado de S. Paulo* que, pela minha experiência proveniente do fato de haver tomado iniciativas de apurar problemas, posso afirmar que, muitas vezes, as vi morrer nas mãos de algumas pessoas que não tinham a determinação de levar as investigações até o fim, inclusive aqui no próprio Senado.

Queria relembrar alguns fatos. Em setembro de 1991 requeri ao Procurador-Geral da República que averiguasse toda a intermediação e o relacionamento entre a SEVAL e o Deputado João Alves e os assuntos relacionados ao Orçamento. Por dois anos vinham a Polícia Federal e o Ministério Público examinando este assunto, que ganhou extraordinária velocidade só agora, com os fatos que estão vindo à tona com a CPI.

Também em maio, depois em junho de 1992, solicitei ao Presidente Mauro Benevides que examinasse por que haviam sido acrescentadas 759 emendas ao Orçamento da União após a aprovação da redação final pelo Congresso Nacional. Mas só agora, com esta CPI, os fatos começam a ser devidamente demonstrados.

A propósito, faço um apelo ao Senador Mauro Benevides e ao Senador Magno Bacelar — apesar de S. Exª não estarem presentes —, em razão das evidências que estão agora sendo levantadas pela CPI. Dirijo-me ao Senador Nelson Wedekin, que é membro da bancada do PDT. Aliás, ontem comuniquei ao Senador e Ministro da Justiça Maurício Corrêa que faria — e farei — de público, da tribuna do Senado, um apelo ao Senador Magno Bacelar. Avalio que seria um passo digno de S. Exª redigir outro parecer sobre aqueles fatos, porque agora surgem evidências fortíssimas — e S. Exª pode ter acesso a todos os documentos junto à CPI — de que aquele parecer, assinado por S. Exª, onde tentavam-se justificar os fatos, foi preparado, segundo as próprias palavras e o manuscrito de José Carlos Alves dos Santos, por ele com o auxílio do então Ministro Ricardo Fiúza e do Deputado Eraldo Tinoco, que também era Ministro à época.

Talvez o Senador Magno Bacelar não tenha tido consciência exata do que estava assinando naquele parecer, que contém erros fundamentais. Pode ter havido um ou outro erro de interpretação, mas basicamente está provado que foram acrescentadas emendas indevidamente.

Há, também, o documento do Sr. Orlando Leite de Castro e de um outro assessor que com ele preparou um documento demonstrando que aquele publicado em abril foi diferente da redação final aprovada em 19 de novembro de 1991.

Cito esses exemplos, porque, muitas vezes, cobro investigações, o trabalho é iniciado mas nem sempre vai até o fim. Neste caso específico, quero dar um exemplo. A Srª Amélia viu a Srª Ana Elizabeth em 29 de julho. Obviamente vem a pergunta: por que essa senhora não contou o que sabia?

A explicação é a seguinte. Ela mora em São Paulo. Segundo essa senhora, o seu marido, Coronel Hélio de Moura, assiste mais freqüentemente ao noticiário do Jornal Nacional da TV Globo, enquanto ela costuma ler apenas o Jornal *O Estado de S. Paulo*. Pois bem, para quem, de novembro até julho, apenas informa-se por meio da Rede Globo e do jornal *O Estado de S. Paulo*, se não estivesse extremamente atenta, dificilmente saberia que a senhora Ana Elizabeth estava desaparecida. Esse episódio, os jornais de Brasília, sim, noticiaram com bastante destaque. Mas tratava-se de um assunto de interesse regional. Este assunto só veio a chamar a atenção da opinião pública nacional recentemente, com a instalação da CPI.

Tendo a Srª Amélia trabalhado por 20 anos na Presidência da República, junto aos Presidentes do regime militar — informou-me que entregava cargas lacradas ao Presidente —, sendo ela, assim como seu marido, que é militar, pessoa acostumada com a comunidade de informações, a Srª Amélia mostrou-se preocupadíssima com um fato do qual de repente ela tomou conhecimento e que considerou de importância nacional.

Quando me relatou que havia se encontrado com Ana Elizabeth, na segunda-feira, ela disse: "— Pelo amor de Deus, não fale o meu nome. Não revele o que eu vi. Estou preocupada."

Compreende-se sua apreensão. Trata-se de uma senhora de 64 anos que de repente sabe de um fato de extraordinária importância. Ela pediu-me que não falasse. Mas os senhores

podia perguntar: por que hoje está nos jornais uma entrevista com a filha de ontem? Isso decorreu do fato de a filha de ontem, Elizabeth, Adriana, após ter tido, na minha companhia, a oportunidade de conversar com aquelas pessoas que tinham reconhecido a sua mãe pela foto, chegando a São Paulo, pediu-me que lhe desse a oportunidade de conversar com aquela senhora.

Em São Paulo, conversei com minha irmã que fez um apelo a Sr^a Amélia: "Pelo amor de Deus, fale para a filha da Sr^a Ana Elizabeth o que a senhora viu."

O nobre Senador Magno Bacelar encontra-se presente. Só completarei esta frase e lhe darei o aparte, com o maior prazer.

Pois bem, a Sr^a Amélia Penteado de Moura junto com o seu marido, Coronel Hélio de Moura, receberam Adriana, a quem relataram, naturalmente, o encontro que tiveram com a sua mãe, Ana Elizabeth. A filha, então, mostrou a foto ao Coronel Hélio de Moura para saber se era a mesma. Ele afirmou que aquela era a pessoa que havia se encontrado com eles, esclarecendo, porém, que somente sua esposa tinha conversado com Ana Elizabeth.

Agora, graças a esse fato, e apenas depois dele, a Sr^a Amélia e o seu marido resolveram falar à imprensa.

O Sr. Magno Bacelar — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLCY — Eu gostaria de dar-lhe a oportunidade de apartear-me, nobre Senador Magno Bacelar, já que V. Ex^a teve a gentileza de vir ao plenário. V. Ex^a estava aqui presente, mas, quando saiu, eu fiz um apelo e não sei se V. Ex^a o ouviu. Mas ouço, com muito prazer, o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Magno Bacelar — Nobre Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a, ao longo desses quase três anos em que estou aqui, é testemunha do respeito que tenho e da maneira como eu presto muita atenção e respeito às posições que V. Ex^a adota. Creio que o Plenário e a Casa também me conhecem pela maneira - até muitas vezes agressiva - como denunciei fatos. Quantas vezes, naquela Comissão Mista de Orçamento, fiz pararem os trabalhos para pedir verificação de *quorum* etc. Hoje, fui um dos que abriram a sessão, mas saí momentaneamente para resolver um assunto e estava ouvindo quando V. Ex^a me chamou à colação, fazendo um apelo para que eu escrevesse novo relatório. Estamos na hora da verdade, eminente Senador, e V. Ex^a sabe como se assinam e se fazem os relatórios nesta Casa: assumimos uma posição política. Os relatórios são elaborados e lidos; se concordamos com seu teor apomos nossa assinatura. A polêmica levantada, ultimamente, é no sentido de sabermos se o Sr. José Carlos assinou ou fez o relatório ou quem mais possa tê-lo feito. Eminente Senador, ouvi e assisti quando V. Ex^a fez a denúncia e questionou ao então Ministro Ricardo Fiúza, que também enviou respostas a esta Casa etc. Fui designado Relator do assunto. Conversei com V. Ex^a que, a bem da verdade, me procurou para advertir-me sobre documentos que existiam e que foram encaminhados. Às vésperas de apresentar o relatório, conversei com V. Ex^a aqui no plenário, oportunidade em que lhe perguntei sobre os tais documentos. Ao que V. Ex^a respondeu: "Senador, os documentos foram entregues ao Sr. Mauro Benevides; eu não os tenho". Ao processo jamais foi anexado esse relatório dos dois técnicos a que V. m que o Sr. José Carlos veio aqui para depor, estive na sala da Comissão e estava muito interessado em conhecê-lo, porque não o conhecia. Admito que ele tenha participado, tenha

visto o relatório e anotado alguma coisa. Por que não admitir, se ele era um técnico acreditado, era diretor do DOU? Para chegarem aqui e chegarem ao DOU alterações, alguém do Governo teria que ter participado ou ter informado. Hoje, ainda hoje, o fato de a CPI estar fazendo todo esse levantamento e apurando os fatos se deve à credibilidade nas afirmações do Sr. José Carlos, que alertou à Nação com relação a todos os problemas que podem ter advindo a partir dos erros que estão sendo comprovados. Se ele mereceu esta fé hoje - depois de todo o transtorno da sua vida -, é porque, à época, ele era a autoridade a ser consultada. Mas, nobre Senador, é uma questão de consciência assumir o relatório que assinei, numa posição política. Aquela época, eu era apenas um Senador que deveria relatar um projeto e não uma CPI que dispõe de todos os meios e da quebra de todos os sigilos bancário, telefônico e fiscal, além de toda a movimentação desses parlamentares que estão envolvidos e que estão sendo investigados. Não quero fazer prejulgamento, V. Ex^a também não; mas essa CPI está fazendo um levantamento a ser julgado pelas duas Casas do Congresso Nacional. Não posso modificar o relatório, Senador, e vou lhe dizer por quê: Por uma questão regimental. Preparei um relatório que foi discutido na Comissão de Orçamento pela sua maioria, votado e aprovado. E, hoje - já disse e quero dizer a V. Ex^a - mais do que ninguém, faço questão absoluta de que a verdade apareça; quero que sejam apurados todos os fatos, que sejam punidos todos aqueles que levaram ao descrédito estas duas Casas, esta Instituição que, no meu entendimento, é a causa maior da sobrevivência da democracia. Eu não poderia, hoje, assinar sozinho; passaria a ser uma denúncia e não um relatório votado e aprovado pela comissão. Nobre Senador, felizmente, existe agora uma CPI que está apurando os fatos e para isso dispõe de todos os meios; estamos chegando ao conhecimento sobre a elaboração do Orçamento, como participavam os membros dessa comissão e quanto esta Casa foi denegrida pelos maus exemplos. Tive a honra de apartear-lo um dia desses e dizer que ninguém mais do que eu deseja que sejam apurados esses atos. A CPI dispõe dos relatórios que não foram entregues e não fizeram parte do processo, continuo a dizer, do relatório novo que **O Estado de S. Paulo** e a **Folha de S. Paulo** - foi um jornal de grande circulação - publicaram na semana passada relativo à existência de duas mil emendas. Ninguém mais que V. Ex^a, que participam desta CPI, dispõem de meios para apurar os fatos.

O SR. EDUARDO SUPLCY — Foi a **Folha de S. Paulo** e o **Jornal do Brasil** que deram essa notícia. Não conheço esse novo relatório mencionado de 350 páginas.

O Sr. Magno Bacelar — São mais ou menos 2.500 ou 2.030 emendas, não sei.

O SR. EDUARDO SUPLCY — Mas que trazem luz e esclarecimento àquele problema.

O Sr. Magno Bacelar — Perdoe-me por ter usado neste aparte tanto tempo; não costumo fazê-lo, porque respeito o orador. Finalizando, nobre Senador, para que o povo volte a acreditar, é preciso que o Congresso, que a Comissão de Orçamento sejam revistos e que os procedimentos políticos sejam corrigidos. Uma comissão que delega poderes ao Sr. Ricardo Fiúza e um Congresso reunido que vota um relatório que foi declarado pelo Sr. José Carlos como uma farsa por não haver nada escrito através do meu parecer, autorizando a transformação de 1.240 destaques em emendas, necessitam ser revistos. E não seria um único senador, nobre Colega,

que iria detectar a podridão que, infelizmente, rondava nossa Casa. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Agradeço o esclarecimento de V. Exª ao manifestar sua boa-fé quando da assinatura do relatório e sua disposição em aceitar o que vier a ser esclarecido pela CPI. Tenho convicção de que agora saberemos muito além dos nossos dados iniciais. Àquele tempo, Senador, o que havia sido feito? Graças ao SIAFI e ao nosso sistema de processamento de dados — instituído na gestão do Senador Mauro Benevides — foi possível comparar, talvez pela primeira vez, e detectar algo estranho entre a aprovação e a publicação da matéria. Vou dizer, desta tribuna, Senador, algo que nunca disse antes, mas avalio que agora seja importante: quando entreguei esse ofício, pessoalmente, ao Senador Mauro Benevides, dizendo-lhe que havia ocorrido mudanças entre a aprovação e a publicação da matéria — o Senador Mauro Benevides poderá confirmar, com certeza —, S. Exª disse-me: “Senador Eduardo Suplicy, não é a primeira vez que isso ocorre. Nos anos anteriores, já havia informações de que ocorreram mudanças. Entretanto, é a primeira vez que se detecta”. E eu disse ao Senador Mauro Benevides: “Graças a V. Exª, que instituiu esse procedimento informatizado, pelo qual, junto ao PRODASEN e ao SIAFI, se pode detectar como é o sistema de aprovação do Orçamento e sua publicação.

O Sr. Magno Bacelar — Permite-me V. Exª mais um breve aparte?

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Pois não.

O Sr. Magno Bacelar — Nobre Senador Eduardo Suplicy, disse que me responsabilizo pelo relatório. Já havia salientado que, quando se lê um relatório e a ele se põe a assinatura, fica-se responsável por ele. Não posso fugir disso. Mas devo acrescentar que — diante da declaração de V. Exª, e não estou usando isso para me defender, mas para dizer o quanto foi importante esta Casa, no momento, decidir pela apuração de todos os fatos — ano passado, anteriormente ao meu relatório, foi solicitado, talvez por membros do partido de V. Exª — não quero dizer o nome de deputados para não ser injusto — a abertura de uma CPI para o Orçamento. E essa CPI, não tendo sido considerada válida, não teve prosseguimento. Então, nobre Senador, não é o meu relatório, pelo qual me responsabilizo, mas houve muitas falhas e omissões, inclusive porque esse relatório — e disse a V. Exª — não poderia refazê-lo, porque foi aprovado por uma comissão. A Casa precisava acordar e corrigir os seus erros. Parabéns a iniciativa de V. Exª e de quantos solicitaram a abertura da CPI...

O SR. EDUARDO SUPLYCY — O fiz juntamente como o Deputado Jaques Wagner.

O Sr. Magno Bacelar — ...e a ressonância que teve e, a partir daí, o povo brasileiro poderá saber em quem está votando ou como as coisas andavam mal. Ainda podemos recuperar o tempo perdido, embora lamentemos essa demora em instituir uma CPI.

O SR. EDUARDO SUPLYCY — A primeira CPI, anterior a esta, teve a iniciativa do Deputado Jaques Wagner e contou com a minha co-autoria. E, de fato, a Mesa do Congresso à época avaliou, porque seria uma CPI mista, não ser conveniente realizá-la e arquivou o nosso pedido, mas, felizmente, agora surgiram novas evidências.

O Sr. Ronan Tito — V. Exª me concede um aparte, Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Ronan Tito — Nobre Senador Eduardo Suplicy, eu não quero “chover no molhado”. A CPI é importante, a revisão da Casa e do sistema político também, porque entendendo que não devemos só ficar revendo a questão do orçamento. Já estou ouvindo, inclusive, algumas idéias, que me parecem absolutamente absurdas, como a de retirar do Congresso Nacional a Comissão de Orçamento; isso foi dito até por um parlamentar do meu partido. O Congresso moderno, a partir do João Sem-Terra, foi criado justamente para fazer o orçamento. O orçamento, V. Exª sabe, muito mais do que eu, toma o maior tempo, o maior espaço e a maior estrutura do Congresso norte-americano. Assim é também em toda a Europa. Isso me parece muito aquela política do sofá, em que não se quer consertar o que está errado, não se quer enfrentar o problema. Tem também havido idéias aí, e nesta hora em que a Casa está bastante tumultuada, não só pela CPI mas, principalmente, por desvios de alguns elementos da CPI que se aproveitam desse momento em que estamos abrindo o nosso corpo e mostrando as nossas vísceras para se promoverem. Devo dizer a V. Exª que, quando o Deputado Ibsen Pinheiro era Líder do PMDB e eu, Líder no Senado, fizemos uma intervenção *ex-abrupta*, na Comissão do Orçamento. Destituímos membros, tentamos a eleição, e conseguimos, novos membros. Mas, desgraçadamente, um dos elementos por nós indicado, que o meu partido indicou na época, mostrou-se, mais tarde, indigno daquele cargo que assumiu. Quero ainda ressaltar outras coisas. Vi um programa na televisão, onde alguns parlamentares brasileiros conversavam com juizes italianos, para com eles aprender. Ora, a Itália está revendo seu sistema político 45 anos após a promulgação de sua Constituição e pelo sistema Judiciário. O sistema Judiciário aqui, nobre Senador... PC Farias foi incriminado aqui, o Presidente foi destituído, e aí? E o Judiciário? Que fez o Judiciário? Estamos revendo, pelo Congresso Nacional, nosso sistema político. Penso que temos que avançar nisso. Não só ficar na aparência das coisas, mas estudar, na estrutura política, o que está acontecendo. Claro! Todos sabemos: na época da ditadura nunca houve corrupção no Orçamento! Nunca! V. Exª sabe de alguma? Nobre Senador, desgracado extraordinário da democracia! Por isso, quando eu vejo algumas pessoas deturpando essa CPI ou tirando proveito pessoal dela, fico pensando: meu Deus do Céu, será que é falta de percepção do momento grande que nós vivemos? Na França, há pouco tempo, nobre Senador, ocorreu o suicídio do *ex-Primeiro Vice-Ministro*. Por quê? Por um sistema político estruturado após uma ditadura forte; com alguns, com muitos ou com até bastantes cacoetes da ditadura. É normal! Quando há a transição da ditadura para a democracia ela não é *ex-abrupta*, principalmente como ocorreu no caso do Brasil, que não foi através de movimento armado, mas de uma forma pacífica. Então, herdamos cacoetes da ditadura. Todos sabemos que havia só uma corrupção à época da ditadura: a corrupção generalizada. Mas, nobre Senador, permita-me dizer a V. Exª que esta corrupção da Comissão de Orçamento, em relação à sociedade brasileira, é uma corrupçãozinha deste tamanhinho, um “ce” muito pequeno, acanhado, miúdo. O Senador João Calmon é um entusiasta da CPI da Evasão Fiscal, porque, lá, nobre Senador, se arrecadamos US\$70 bilhões em cruzeiros por ano, a evasão é de US\$70 bilhões por ano. Quer ver V. Exª como é que as coisas no

Brasil de hoje acontecem de maneira significativa: um comerciante que arrecada do consumidor o imposto, 16, 18% mais IPI — porque todo consumidor paga, quando compra o feijão, o arroz, o leite, o imposto já está embutido no preço — e “esquece” de entregar à receita o que não é dele, só quando é pilhado, é chamado de sonegador. Agora, veja esse é dinheiro arrecadado e colocado nos cofres públicos. Se um funcionário público pega CR\$10,00 e põe no bolso, ele é chamado de ladrão, corrupto, peculatório. O Tesouro Nacional é furto de mais de US\$70 bilhões por ano, todos os anos, e estamos pelejando com uma CPI que o nobre Senador João Calmon diz ser a mais importante que já houve no Congresso Nacional. E nós poderíamos acabar com isso através de uma revisão constitucional. E existem aqueles que não querem, para pactuar com isso e depois ficar olhando na ponta do sapato. A ponta do meu sapato está suja. O mar de lama, desgraçadamente, nobre Senador Suplicy, é o nosso País, é a nossa sociedade, é o nosso sistema. Temos que começar por nós? Evidente que temos! Doa a quem doer! Apenas eu gostaria de chamar a atenção para o fato de que, no Congresso Nacional, nós nesse momento somos passageiros dele, mas ele deve ser eterno. Ou ele é eterno ou a democracia não será eterna. Por isso, nós não podemos dar margem a pesquisas como a que foi feita, indagando à opinião pública o que acham de fechar o Congresso Nacional e ter um regime forte. Sabe que prevaleceu na pesquisa o regime forte, um Fujimori. A pesquisa pública, evidente, induzida. De maneira que, o palanque em que às vezes se transforma a nossa CPI, e depois o palanque eletrônico em virtude do que acontece lá, está também trazendo uma distorção com graves prejuízos para a democracia. E nós temos que ter cuidado com isso, porque a democracia não é propriedade minha, nem de V. Ex^a, mas é um patrimônio que deve pertencer a toda a sociedade brasileira. Eu felicito a V. Ex^a pela idéia original e matriz da CPI da Corrupção no Orçamento. Apenas gostaria de convidar V. Ex^a para caminharmos para outras CPI; CPI que, às vezes, não são confortáveis e que não dão promoção, porque quem patrocina as redes de televisão e os jornais são, justamente, aqueles que enxovalham este País de lama. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Senador Ronan Tito, considero a CPI sobre a evasão fiscal da maior importância. Tenho estado presente nas suas reuniões, embora não sendo membro, para ouvir depoimentos e diálogos de grande relevância. Lembro-me de ter participado do depoimento do Deputado Antônio Delfim Netto, afora outros, quando S. Ex^a fez sugestões significativas sobre o aperfeiçoamento quando da elaboração do orçamento.

Tenho tido, ao longo de minha vida, diversas divergências com S. Ex^a. Como Deputado Federal, fui um severo fiscal de algumas de suas ações. Tivemos diálogos duros, seja no que diz respeito à questão da política econômica, seja, por exemplo, no que diz respeito ao caso Coroa Brastel e outros. Aprendi muito com S. Ex^a recentemente sobre o Projeto de Garantia de Renda Mínima, quando fui ao seu gabinete dialogar, e S. Ex^a me deu sugestões e indicações muito relevantes. Como V. Ex^a sabe, o projeto está tramitando na Câmara, sendo S. Ex^a um dos membros da Comissão de Finanças e Tributação, a qual está examinando o projeto.

Há algo que gostaria até de perguntar ao Deputado Antônio Delfim Netto, relacionado à pergunta de V. Ex^a, deixada aqui no ar: algum de nós saberia de qualquer problema havido com o orçamento da União ao tempo do regime militar, em

que o S. Ex^a era Ministro do Planejamento e responsável pelo orçamento?

Há um fato interessante a respeito — e está presente o Senador Epitácio Cafeteira — ou seja, gostaria de perguntar ao Deputado Delfim Netto por que razão convidou o Deputado João Alves, quando este deixou o PFL, para que ingressasse em seu partido, o PPR? Por que lhe deu guarida? E isso ocorreu recentemente: há cerca de quarenta dias. É fato que o Deputado João Alves costumava fazer a sua campanha política na Bahia com base em depoimentos dados pelo Deputado Delfim Netto, ex-Ministro do Planejamento. S. Ex^a também gravou depoimentos em favor do Deputado João Alves. Que habilidade teria este Deputado para conseguir esse testemunho do Deputado e ex-Ministro Delfim Netto? Coincidentemente, o Deputado João Alves foi pessoa-chave na Comissão de Orçamento, ao tempo em que o Deputado Delfim Netto foi Ministro do Planejamento.

O Sr. Ronan Tito — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY — Ouço V. Ex^a

O Sr. Ronan Tito — Nobre Senador, durante trinta anos o Deputado João Alves esteve à frente da Comissão de Orçamento. Em vinte e cinco anos não conseguimos descobrir nada, mas em cinco descobrimos.

O SR. EDUARDO SUPLICY — O que estou observando é que o Deputado Delfim Netto provavelmente sabe dos fatos que ocorreram àquela época e que não sabemos. Talvez S. Ex^a pudesse contribuir para esclarecer os acontecimentos sobre os quais V. Ex^a indagou: o que acontecia ao tempo do regime militar, quando o orçamento era feito no Executivo e aqui se passava como um mata-borrão?

Senador Ronan Tito, como Deputado Federal, pelos idos de 83, 84, 85, até janeiro de 87, eu era membro da comissão. O Deputado Ayrton Soares, Líder do PT, indicou-me para a Comissão de Economia da Câmara, e para a Comissão Mista de Orçamento, que são as áreas de maior afinidade para mim.

Chegando lá, vi uma grande reunião e sugeri: vamos ouvir o Ministro do Planejamento, Antonio Delfim Netto, para que nos explique o orçamento. Estranhei muito porque não houve esse tal interesse. Cada parlamentar era designado para relatar uma parte do orçamento — área de transporte, energia, e assim por diante —, vinham os pareceres prontos da assessoria técnica, tudo se passava como mata-borrão e não havia aquela preocupação que propus. O que eu sempre ouvia era que não daria tempo, que não seria possível ouvir o Ministro, e votavam. Eu estava querendo e continuo a querer aprender mais a respeito do orçamento.

O Sr. Epitácio Cafeteira — Senador Eduardo Suplicy, foi citado o meu nome aqui, e não sei por quê. Gostaria de dar um aparte neste momento.

O Sr. Ronan Tito — Não citei o nome de V. Ex^a

O Sr. Epitácio Cafeteira — Tenho o direito ao menos de dizer o que desejo, com a citação do meu nome.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Vou garantir o aparte a V. Ex^a

O Sr. Ronan Tito — Só para terminar, gostaria de dizer que a corrupção está entranhada no sistema. Só o sistema democrático é capaz de abrir. Só isso! Não se trata de um membro, mas do sistema, nobre Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Estou de pleno acordo, porque estamos conseguindo desvendar esses problemas, gra-

ças à democracia, graças ao funcionamento aberto do Congresso Nacional, graças, inclusive, ao fato de a imprensa estar aqui, com total liberdade, criticando também as minhas ações e as de cada um de nós.

Com muita honra, ouço o nobre Senador Epitácio Cafeteira.

O Sr. Epitácio Cafeteira — Gostaria apenas de saber por que fui citado, só para poder responder a V. Exª

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Por atenção a V. Exª. V. Exª não é Líder do PPR?

O Sr. Epitácio Cafeteira — Sou.

O SR. EDUARDO SUPLYCY — O Deputado Antônio Delfim Netto, que citei, é do PPR. Foi apenas uma atenção, uma gentileza para com V. Exª

O Sr. Epitácio Cafeteira — Pelo que ouvi, V. Exª informou que o Deputado Delfim Netto havia convidado o Sr. José Carlos Alves...

O SR. EDUARDO SUPLYCY — ...Deputado João Alves para ingressar no PPR, e por isso S. Exª passou a integrar o Partido. Foi a informação que me foi dada pelo Deputado Pedro Pavão.

O Sr. Epitácio Cafeteira — O PPR é o único partido que está reunindo a sua comissão de ética para examinar a situação do Deputado João Alves.

O SR. EDUARDO SUPLYCY — E faz bem em assim proceder.

O Sr. Epitácio Cafeteira — E mais: apesar de tudo o que a imprensa já afirmou, para atender ao legítimo direito de defesa, a comissão de ética deu 10 dias para que o Deputado João Alves se defendesse do que é acusado. E veja bem que poderia tê-lo tirado simplesmente dos seus quadros, porque o Deputado João Alves não foi eleito pelo PPR. S. Exª também, quando praticou o que todos sabem, não estava no PPR. Por conseguinte, o PPR foi o seu abrigo, e isso está nos causando prejuízo político e, quem sabe, eleitoral. É importante saber que o PPR, nesse assunto, tem se colocado da maneira mais isenta: indicou o nosso colega Jarbas Passarinho, que é o Presidente da CPI, e indicou o Senador José Paulo Bisol, que não é do nosso quadro, mas, por seu desempenho na CPI do PC, ganhou, não só maior credibilidade, a qual sempre teve de toda esta Casa, mas a certeza de que, estando presente à Comissão, tudo será apurado.

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Congratulo-me com o PPR por essas iniciativas.

O Sr. Epitácio Cafeteira — Até hoje não questioneei ninguém na CPI. Como líder do PPR, a minha contribuição à CPI foi indicar os dois nomes. A partir daí, estou esperando, como todo o Brasil, que tudo seja apurado. Agora, V. Exª, que é também da Comissão, até tem uma situação privilegiada. Como é o primeiro que pergunta à testemunha, V. Exª poderia ter eliminado as suas dúvidas fazendo essas perguntas ao Deputado João Alves, ao Sr. José Carlos Alves dos Santos, a cada um que lá compareceu. V. Exª faria a pergunta diretamente e, naturalmente, obteria a resposta. Não tenho nenhum conhecimento disso. Sou correligionário do Deputado Delfim Netto, mas não tenho procuração para defendê-lo. Não sei se foi S. Exª que convidou o Deputado João Alves para entrar no partido, V. Exª é quem o afirma. Ou V. Exª é amigo

do Deputado Delfim Netto, ou é amigo do Deputado João Alves, para ter tanta certeza.

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Posso perguntar a S. Exª

O Sr. Epitácio Cafeteira — Era isso o que eu queria deixar claro, já que, talvez até por um gesto de delicadeza para comigo, V. Exª me viu e, *en passant*, disse o meu nome. Quero, portanto, deixar registrada minha contribuição à CPI por ter indicado os Senadores Jarbas Passarinho e José Paulo Bisol.

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Agradeço.

Senador João Calmon, Senador Jutahy Magalhães e Senador Odacir Soares, a luz está acendendo.

O Sr. Jutahy Magalhães — Mas o Presidente permitirá o aparte. O Presidente é muito liberal.

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Certo.

— Mas eu não gostaria de completar a minha fala, mesmo antes de conceder os apertes, sem trazer ao conhecimento da Casa um fato muito importante, completando o que eu havia explicado.

Graças à viagem que fiz, em apelo da filha do Sr. José Carlos Alves, Adriana, finalmente a Srª Amélia Penteado de Moura resolveu dar entrevista à imprensa ontem, com revelações que, dadas antes da minha viagem, seriam já de enorme importância.

Vou ler um breve trecho da entrevista que a jornalista Vera Freire, de *O Globo*, fez com Amélia Penteado de Moura, de 64 anos.

O Globo — Como foi seu encontro com Ana Elizabeth em Nova Iorque

Amélia Penteado de Moura — Foi na loja Sack's. Ana pôs a mão no meu ombro e me perguntou se eu não a reconhecia. Morei em Brasília entre 1958 e 1976 e conheço todo mundo. Ao sair da loja, caminhamos até a igreja de Sain Patrick, onde rezamos. Ainda tomamos um chá e nos despedimos.

O Globo — A senhora sabia que a Ana Elizabeth estava desaparecida e que seu marido era suspeito?

Amélia Penteado de Moura — Aqui em São Paulo não foi tão divulgado o sumiço dela. E não notei diferença em seu comportamento. Embora não seja sua amiga íntima, ela parecia normal.

O Globo — Ela chegou a dar um endereço para a senhora, o qual não localizado pelo Senador Eduardo Suplicy?

Amélia Penteado de Moura — Ela ditou e eu anotei. Não cheguei a ir ao local porque encontrei com ela no dia em que estávamos voltando ao Brasil. Agora entendo por que o endereço era falso. Uma mulher que está desaparecida não pode ter endereço.

O Globo — Por que a senhora decidiu contar somente agora que se encontrou com Ana Elizabeth?

Amélia Penteado de Moura — Tem muita gente contando mentira. Decidi falar a verdade para ver se o Brasil toma jeito. Toda esta situação me deixa muito triste. Procurei o Senador Eduardo Suplicy por ele ser uma pessoa íntegra e que também pode ajudar a melhorar o país. Cheguei a ele através da irmã dele,

que é minha amiga. Fiquei satisfeita por ele ter conseguido obter bons resultados em Nova Iorque, já que outras pessoas reconheceram a Ana através de uma fotografia.

O Globo — Se for intimada para prestar depoimento, a senhora comparecerá?

Amélia Penteado de Moura — Pelo amor de Deus, não tenho que provar nada. Meu marido já me disse que se eu for convocada ele vai no meu lugar. Já dei a minha contribuição.

O Globo — A senhora teme represálias por ser a principal testemunha de que Ana Elizabeth está viva?

Amélia Penteado de Moura — Não sei se posso sofrer represálias. "Minha única preocupação é que a imprensa não sai da porta do meu apartamento."

Dirijo-me também a **O Estado de S. Paulo**, que me criticou tanto em editorial para dizer que, não fosse eu haver ido aos Estados Unidos e, em apenas dois dias, ter conseguido bons resultados, hoje não teríamos essa declaração tão importante da Sr^a Amélia Penteado de Moura para os esclarecimentos desses fatos.

O Sr. João Calmon — Permite-me um aparte?

O SR. EDUARDO SUPPLY — Senador João Calmon, permita-me concedê-lo antes ao Senador Jutahy Magalhães que já o havia solicitado antes. Logo em seguida ouvirei V. Ex^a e o Senador Odacir Soares.

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador Eduardo Supply, eu estava no meu gabinete, vindo do PRODASEN, quando liguei nosso sistema interno de som e ouvi V. Ex^a relatar sobre a sua ida a Nova Iorque. Vim para cá com a intenção de apartear-lo, mas não imaginei que o debate estivesse prolongando, com a interferência de tantos Senadores interessados no assunto. Eu gostaria de abordar alguns pontos do pronunciamento de V. Ex^a. Em primeiro lugar, refiro-me ao desaparecimento da Sr^a Ana Elizabeth. V. Ex^a aponta indícios — gosto de livros de ficção, principalmente dos que tratam de investigações — interessantes, tais como o fato de uma pessoa que está desaparecida, que se está escondendo, bater no ombro de outra e dizer que é "fulana de tal". Essa atitude demonstra certa distorção da personalidade, uma vez que o perseguido, o desaparecido, não procura outrem para se identificar, pode até ser identificado, mas não procura identificar-se. No entanto, a pessoa que prestou essa informação, como V. Ex^a afirma, não teria nenhuma razão para inventar nada, só teria razões para dizer o que, pelo menos, pensa, o que tem a impressão, a consciência, de ser verdade. Por essa razão, a meu ver, o fato deve ser apurado com todo o interesse e preocupação das autoridades brasileiras, em intercâmbio com as autoridades americanas, para que se busque sua comprovação ou para que, de uma vez por todas, possa ser descartado. Quanto ao Orçamento, quanto ao que expôs o Senador Ronan Tito, creio que, no Congresso, estamos procedendo como a avestruz: estamos imaginando retirar da nossa prerrogativa a importância que o Orçamento deve ter para o Congresso Nacional. Não sou a favor de emendas de a, b ou c, mas acho que o Congresso tem a missão — talvez a mais importante — da confecção do Orçamento, uma vez que as políticas nacionais têm que constar do Orçamento. Não se trata apenas da LDO, do Orçamento Plurianual,

os recursos estabelecidos para a execução da política nacional deveriam vir do Executivo como uma proposta. Deveriam ser estabelecidas as prioridades, as propostas, os recursos em relação a todas as áreas de atuação do Governo. Ao

Congresso deveria caber o papel de examinar a proposta, determinar o que considera como prioridades nacionais de políticas globais e apresentar recursos necessários para serem utilizados na execução dessas políticas. Ao Congresso, portanto, não deveria caber a distribuição de verbas para obras que, infelizmente, não representam um conjunto de interesse nacional, embora sejam do interesse de comunidades locais. Quanto à questão de sonegação, também citada em aparte

— V. Ex^a vai ouvir o nosso mestre de sempre, Senador João Calmon —, V. Ex^a sabe que o brasileiro, quando vai ao dentista ou médico, paga 30% a mais pela consulta caso queira levar o recibo. Se não o fizer, recebe um desconto de 30%. Esse brasileiro não está cumprindo com sua obrigação, esse brasileiro está permitindo a sonegação, esse brasileiro está permitindo que alguém se aproprie do dinheiro que não é seu, ao invés de vê-lo aplicado nas necessidades do País. Há essas culpas e precisamos analisá-las. V. Ex^a falou sobre o fato de terem sido colocadas emendas fantasmas no Orçamento. Quais foram as explicações? Foram no sentido de que isso ocorria antes — como V. Ex^a citou, o Presidente de então teria declarado isso? Foram no sentido de que todos concordaram em que o Relator fizesse a inserção dessas emendas? Houve também essa explicação. Inclusive todos os partidos — o meu partido, o partido de V. Ex^a — teriam concordado.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Não. O PT não. Nunca. O PT...

O Sr. Jutahy Magalhães — A informação que tenho é no sentido de que todos os partidos na época...

O SR. EDUARDO SUPPLY — Informação... Palavras do José Carlos Alves, que não são verdadeiras; palavras do Ricardo Fiúza, que não são verdadeiras. Nunca concordamos em que tivesse sido dada ao Relator, Ricardo Fiúza, delegação que não fosse a seguinte: até às quatro horas da tarde do 19 de dezembro cada parlamentar que quisesse alterar, fazer nas suas indicações de emendas, poderiam fazê-lo, por escrito, dentro de critérios, entregando-as ao Deputado.

O Sr. Jutahy Magalhães — É exatamente esta parte.

O SR. EDUARDO SUPPLY — E também, se V. Ex^a permite, poderia o Relator corrigir erros de redação — isso ele poderia fazer — e na Ata daquela reunião há, inclusive, um encontro que é marcado pela Senadora Marluce Pinto, na qual ele fala: "Então, a senhora me procure na manhã de hoje para fazer tais modificações". Isto é que havíamos delegado ao Deputado Ricardo Fiúza, para que ele, à noite, quando se iniciasse a reunião do Congresso, já tivesse tudo pronto. Só que, até fisicamente, não houve tempo para que qualquer parlamentar fizesse isto. Deixou-se a coisa como estava. O Sr. José Carlos Alves dos Santos disse que foi interpretação de um jeito e de outro. Na interpretação dele, todos teríamos permitido ao Deputado Ricardo Fiúza fazer as alterações que bem entendesse. Era só durante aquele dia e tinha que ser concluído, naquela noite, para se votar a redação final. Ficou em aberto e, depois, houve o conluio. O próprio Sr. José Carlos Alves dos Santos à Marília Gabriela falou que depois daqueles dias diversos parlamentares foram ao Prodasen indicar que mudanças queriam, isso está registrado

em documentos, agora. A CPI, conforme o nobre Senador Magno Bacelar até ressaltou, tem, agora, todos os elementos para mostrar o que aconteceu de fato.

O Sr. Jutahy Magalhães — Se V. Exª permitir, vou concluir. Não estou querendo mostrar que houve um conluio. Pelo contrário, estou querendo mostrar que houve um entendimento até um determinado momento. Esse entendimento foi de todos os partidos, inclusive do meu, que poderia fazer isso que V. Exª acabou de declarar. Então é posterior ao fato, posterior a um período que, regimentalmente, determinava fosse feito antes. Houve um entendimento para permitir que o Relator fizesse determinadas modificações. Se o Relator exagerou nessa delegação de poderes, aí é outro problema. V. Exª, que foi uma pessoa que acompanhou de perto a evolução desses entendimentos e a evolução dessa confecção do Orçamento, mostra mais uma vez que alguns Deputados foram ao Prodasen para, fugindo inclusive a esse entendimento havido entre os partidos, incluir emendas que não poderiam ser incluídas. Pergunto: V. Exª sabe quem determinava, quem dava o visto para que essas emendas fossem incluídas? Porque não foi o Relator, Sr. Ricardo Fiúza, que, pelo que afirmou e não foi desmentido, não tinha tempo de estar lá presente para fazer esse papel, tendo delegado poderes a alguém ou a algumas pessoas. V. Exª sabe quem fez essa aprovação das emendas que chegavam lá? V. Exª tem uma idéia de quem exerceu esse papel de discriminar entre as emendas que eram apresentadas?

O SR. EDUARDO SUPPLY — Isso está explicado pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos. Embora fosse Diretor do DOU, ele, em verdade — porque já estava como Diretor do DOU, portanto, lá no Executivo —, continuava a coordenar os trabalhos junto ao Prodasen; havia pessoas que com ele trabalhavam e parlamentares ajudaram o Deputado Ricardo Fiúza. Não tenho agora todos os detalhes, mas é isso exatamente o que a CPI poderá esclarecer com maior clareza.

O Sr. Jutahy Magalhães — Digo isso, porque vejo muito falarem que o Deputado Ricardo Fiúza fez isso ou aquilo.

O Sr. EDUARDO SUPPLY — Não foi só.

O Sr. Jutahy Magalhães — Como V. Exª tem um grande poder de investigação — sempre digo que invejo a assessoria que V. Exª tem e que gostaria que me emprestasse a metade de sua assessoria para exercer melhor meu papel —, poderia me informar quais foram esses parlamentares que tiveram esse acesso e esse poder de determinar qual a emenda que deveria ser aprovada naquele episódio.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Há um exemplo documentado.

O Sr. Jutahy Magalhães — Como V. Exª afirma, houve um abuso da delegação de poderes. Foram incluídas emendas que hoje são consideradas emendas fantasmas. E até agora não vimos o autor dessas emendas fantasmas. Ando procurando muitos fantasmas, inclusive no meu Estado, e estão querendo evitar que se apure quem são esses fantasmas. Mas estou em busca desses fantasmas, porque não tenho medo deles, tenho medo de pessoas vivas, de fantasmas, não.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Apenas para concluir, Senador Jutahy Magalhães. Há, por exemplo, documento que foi citado no depoimento do Deputado Ricardo Fiúza em que o Deputado Sérgio Guerra encaminha para o Sr. José Carlos Alves dos Santos no dia 20 de janeiro e depois no

dia 25 de janeiro — porque está ali marcada a data do fax que foi enviado — fax com instruções para alterar quantias em emendas e introduzir outras emendas. E quando apresentei — depois o Deputado Aloízio Mercadante — ao Deputado Ricardo Fiúza essa documentação, ele falou: — “Então me dê, para que eu possa examinar e depois responder”. Estou esperando a resposta.

O SR. João Calmon — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. EDUARDO SUPPLY — Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. João Calmon — Nobre Senador Eduardo Suplicy, em primeiro lugar, gostaria de me congratular com o meu partido, o PMDB, por ter aprovado, em reunião de bancada da qual participei, a indicação de V. Exª para integrar essa Comissão Parlamentar de Inquérito que está obtendo tão extraordinária repercussão. Agora vou abordar, nobre Senador Eduardo Suplicy, um detalhe que tem sido sistematicamente omitido em todo esse amplo debate que se está travando, no Brasil, sobre o escândalo da Comissão Mista de Orçamento. Falta um lembrete, falta uma indicação concreta sobre qual é a importância da Comissão Mista do Orçamento. Todos nós sabemos, mas não proclamamos. Imprensa, rádio e televisão não esclarecem também a opinião pública. O Orçamento da República é uma lei meramente autorizativa. João Alves e qualquer outro parlamentar, qualquer um de nós, todos podemos apresentar emendas ao Orçamento, a significação, a importância dessas emendas, tudo isso é irrelevante. O Congresso Nacional inclui verbas no Orçamento, mas isso não significa, de forma nenhuma, que o Poder Executivo seja obrigado a cumprir, a respeitar essas emendas introduzidas na proposta de Orçamento, este, sim, elaborado na área do Poder Executivo. Está na hora de ser esclarecido esse ponto, que é, realmente, de extraordinária importância. Por que, num certo momento, o Sr. José Carlos Alves dos Santos foi convidado pelo Governo Federal para assumir a direção do Orçamento da União, lá, na área do Poder Executivo? É que lá está o dinheiro. O fato de parlamentares apresentarem emendas e essas serem aprovadas é um fato que não tem 10%, 5% — e não estou falando em Comissões — em percentual de responsabilidade. Está na hora, Senador Eduardo Suplicy, de se prestar esse esclarecimento, que é fundamental, porque até agora toda culpa dessas graves deturpações, eu diria desses crimes contra o Erário, tudo isso está recaindo sobre os ombros dos parlamentares. Creio que é fundamental analisarmos esse episódio com esse esclarecimento. É por isso, Senador Eduardo Suplicy, que há vinte anos luto nesta Casa para o cumprimento de um artigo da Lei Orgânica dos Partidos, que obriga cada partido a manter um instituto de formação política. Só o partido de V. Exª, até agora, cumpre esse dispositivo, e já tem quatro ou cinco institutos. Embora o Senador Odacir Soares esteja me advertindo que o PFL também tem um instituto que funciona, entendo que este não possui as características didáticas de curso de formação política. Creio, Senador Eduardo Suplicy, que talvez V. Exª, com o seu dinamismo e com o seu grande acesso, plenamente justo e justificável, à mídia deste País, possa esclarecer esse ponto. Basta de haver “fogo de barragem”, justo em defesa do Erário, apenas sobre a Comissão Mista de Orçamento ou sobre o Congresso Nacional. A responsabilidade principal é do Poder Executivo. Só ele pode liberar recursos financeiros ignorando todas as emendas ou alterações aprovadas na área do Poder Legislativo. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Agradeço as palavras de V. Ex^a, Senador João Calmon, e espero poder fazer jus à indicação que o PMDB fez, honrando-me como suplente na CPI.

Avalio como importantes as sugestões de V. Ex^a. De fato, é no Executivo que está o poder maior de destinar os recursos do Orçamento.

O Sr. Odacir Soares — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPPLY — Concedo-lhe o aparte, Senador Odacir Soares, apenas pedindo-lhe a gentileza de que seja breve, pois o Senador Nelson Wedekin já há algum tempo me advertiu para que eu conclua o pronunciamento.

O Sr. Odacir Soares — Serei parcimonioso, Senador, e nem poderia deixar de sê-lo, na medida em que sei que V. Ex^a também o é no uso da palavra. Queria dizer que também o PFL tem um instituto de formação política, que penso ser o único que funciona com regularidade. Esta é uma rápida observação que faço. Mas queria dizer a V. Ex^a, nobre Senador, aproveitando-me de um aparte do Senador Jutahy Magalhães — e creio que essa matéria já foi também suficientemente debatida em vários momentos, inclusive por V. Ex^a —, que, a partir do momento em que o Orçamento da União era aprovado pelo Congresso, as lideranças partidárias não tinham mais poder para delegar competência a quem quer que fosse para modificar a matéria, mexer, tocar naquilo que fora aprovado. Já a partir daí, ocorreu um abuso, porque não se delega competência que não se tem. E esse abuso, evidentemente, conforme as denúncias que estamos vivenciando, teria se multiplicado mais adiante. Inclusive, entre as lideranças partidárias, se inclui o PT, e V. Ex^a confessou isso aqui. Não estou dizendo “confessar” no sentido criminal, mas o fato é que as lideranças, após a votação do Orçamento, permitiram que ele fosse tocado.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Não. Há um engano nesta afirmação. A bem da verdade, nós jamais permitimos isso. Delegamos ao Relator...

O Sr. Odacir Soares — Não se podia delegar, Senador. As lideranças não tinham competência para delegar mais nada...

O SR. EDUARDO SUPPLY — V. Ex^a me permite, por favor, completar?

O Sr. Odacir Soares — Pois não.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Foi delegado ao Relator, pela Comissão Mista do Orçamento, na sua última reunião, que terminou às 4h30min ou 5h, pela manhã, que ele pudes-se,...

O Sr. Odacir Soares — Antes da votação?

O SR. EDUARDO SUPPLY — ...antes da votação, fazer alterações, para ter a redação final concluída. Não foi delegado que ele mudasse após.

O Sr. Odacir Soares — Depois da votação.

O SR. EDUARDO SUPPLY — É, nós nunca permitimos isso. Ele é que interpretou erroneamente e houve partidos que permitiram que essa interpretação houvesse. Jamais da parte do Partido dos Trabalhadores, até porque era ilegal.

O Sr. Odacir Soares — Muito obrigado. Fico satisfeito com essa explicação que V. Ex^a dá, apesar de não ser essa, majoritariamente, a interpretação que o Congresso...

O SR. EDUARDO SUPPLY — Da parte nossa sempre foi assim.

O Sr. Odacir Soares — ... dá para essa questão. Mas, na realidade, o aparte que eu queria oferecer ao discurso de V. Ex^a, em princípio, não se localizava em relação a essas questões que levantei. Penso, nobre Senador, que, em função dessas discussões todas, têm surgido questões paralelas que são importantes para o funcionamento pleno da democracia. Ontem, estava vendo na televisão que houve um congresso de juizes, no Rio de Janeiro, onde se sugeriu a extinção da imunidade parlamentar. Creio que não teremos um Congresso forte sem imunidade parlamentar. Esses episódios que estão ocorrendo no Brasil, neste momento, não têm nada a ver com imunidade parlamentar. Inclusive, tenho visto também na televisão declarações de membros da Comissão Parlamentar de Inquérito que, a meu ver, do ponto de vista legal, são inteiramente despropositadas, porque não têm procedência legal. Argumentam que deixam de tomar essa providência ou aquela porque não têm competência para isso. Acredito que isso não é verdade, e que a solução desses problemas não passa pela extinção da imunidade parlamentar. O Congresso precisa dessa imunidade, que é uma qualidade do Parlamento, e não do parlamentar, e é vital para a democracia. Por outro lado, Senador — V. Ex^a sabe mais do que eu —, não existe sistema eleitoral nem sistemas partidários perfeitos no mundo todo. Esse episódio da Itália, que sempre se está mencionando, essa corrupção arraigada no sistema democrático italiano decorre — essa é uma observação de todos os analistas políticos, de todos os pensadores políticos italianos e europeus —, exatamente, da presença forte dos partidos políticos italianos, que se assenhorearam da máquina do Estado italiano, transformando-a, inclusive, numa fonte de benefício de ordem pessoal. Isso é pacífico. Tenho lido vários cientistas políticos europeus, inclusive italianos, e há um consenso de que o sistema partidário, o voto distrital, as listas partidárias, fizeram com que os partidos que dominam a cena política italiana tomassem conta também do aparelho estatal italiano, levando a esse quadro de corrupção generalizada. Então, essa questão do voto distrital — o voto distrital puro, misto etc. — não significa que vamos aprimorar a democracia, porque os cientistas políticos também entendem, inclusive os de tendência esquerdista ou progressista, que o voto proporcional, por exemplo, significou um avanço democrático. Então, discutir-se aqui sistema eleitoral, sistema partidário, como fonte de aprimoramento da democracia, não é uma discussão, a partir dessa perspectiva, inteiramente procedente. Penso que o Parlamento precisa ser fortalecido, a sociedade democrática precisa ser fortalecida. V. Ex^a, no seu discurso, relata as providências que vem tomando, tendo estado em Nova Iorque, e o que está fazendo neste momento para localizar a mulher do Sr. José Carlos Alves dos Santos. Não me surpreendo com isso, porque esse trabalho de investigação V. Ex^a já fez na CPI do PC, quando localizou aquela secretária em São Paulo e a trouxe para Brasília. Acredito até que V. Ex^a está adquirindo mais know-how nessa parte investigatória e, evidentemente, ela vai servir a todas as CPI das quais V. Ex^a vier a participar. Estava lendo no jornal que está-se instalando uma CPI da CUT, e espero que V. Ex^a, também nessa CPI, seja tão investigador quanto tem sido até agora. Creio que o será mais, porque V. Ex^a agora já está investigando também no exterior e, como algumas das acusações relativamente à CUT estão exatamente centradas no fato de que

ecursos estrangeiros, V. Exª vai ter uma contribuição muito grande a dar. Mas não estou fazendo esta colocação com o objetivo de criticar V. Exª. Esse é um trabalho penoso, difícil, e, no final, vivemos um processo de aprimoramento democrático. Ontem, a televisão me perguntava como eu via tudo isso, e respondi que vejo como um aprimoramento democrático. Começou na CPI do PC, onde já vazavam documentos sigilosos, dos quais a imprensa tomava conhecimento; ou documentos pretensamente sigilosos, porque há documentos que são sigilosos e outros que não são sigilosos, mas que algumas pessoas gostariam de manter — los sob sigilo. O que está acontecendo agora aconteceu há um ano na CPI do PC. A sociedade brasileira e o Congresso se aprimoram. Esperamos apenas — todos nós, e creio que V. Exª também — que inocentes não sejam punidos, inocentes não sejam sacrificados aos olhos da Nação. Em relação ao comportamento da imprensa, creio que ela está cumprindo hoje o mesmo papel que cumpriu na CPI do PC. Algumas pessoas, que naquele momento aplaudiam o comportamento da imprensa, hoje lamentam que ela esteja se comportando da mesma maneira; hoje lamentam que o Congresso esteja se policiando e se investigando. Tenho outro entendimento. O que esperamos, objetivamente — penso que toda a sociedade brasileira espera isso — é que inocentes não sejam punidos em virtude de uma decisão da Comissão Parlamentar de Inquérito. Não se pode cometer injustiças e denegrir a imagem do homem público perante suas bases eleitorais, perante o País, atingindo sua idoneidade, seu patrimônio moral, construído ao longo de sua vida pública. São estas as observações que desejava fazer a respeito das imunidades. Quanto ao papel que o Poder Judiciário exerce hoje na Itália, gostaria de lembrar que essas competências, o Poder Judiciário italiano sempre as teve. Hoje, elas estão sendo exercitadas talvez à exaustão. A corrupção na Itália não é de agora, é antiga. Penso que o Poder Judiciário italiano até demorou na apuração desses fatos todos, que, neste momento, coincidem com os que ocorrem em nosso País.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Senador Odacir Soares, a imunidade pode ser importante no que diz respeito às palavras, às idéias, às ações parlamentares em defesa do interesse público. Todavia, imunidade para proteção de parlamentares eventualmente envolvidos em corrupção, não deve haver. Esta é a minha opinião firme.

No que diz respeito à Central Única dos Trabalhadores, esta abriu inteiramente as suas contas, inclusive as relativas às contribuições legais que entidades de trabalhadores, com sede no exterior, a ela têm encaminhado. Todas essas contas são transparentemente administradas e já foram inclusive encaminhadas ao Congresso Nacional. Jair Meneguelli, Presidente da CUT, encaminhou-as ao Presidente Mauro Benevides e estão à disposição de quem quer que seja. Se houver uma CPI de iniciativa do Presidente do PPR, que está tão preocupado com a questão da empresa Pau-Brasil, nós...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Wedekin) — Sr. Senador Eduardo Suplicy, desculpe-me a intervenção, mas gostaria de fazer um apelo, porque V. Exª já está na tribuna há mais de uma hora e vinte minutos. A Mesa foi inteiramente concessiva, mas vou fazer um apelo aos Colegas no sentido de que deixem de apartear-lo, senão não sairemos daqui hoje.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Haverá outra oportunidade.

Eu terei até prazer em integrar a CPI sobre a CUT, mas tenho certeza de que ela vai revelar ao povo brasileiro

como é que os trabalhadores se organizam legalmente para defender os seus interesses.

Muito obrigado.

O Sr. Bello Parga — Senador Eduardo Suplicy, há tempo solicitei um aparte.

O SR. EDUARDO SUPPLY — É verdade.

O Sr. Bello Parga — Aguarde pacientemente, porque desejava manifestar-me com relação ao assunto, que não é o principal tema...

O SR. EDUARDO SUPPLY — V. Exª tinha posto o microfone para o outro lado. Perdão, eu não tinha notado que V. Exª também queria apartear-me.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Wedekin) — Não é a Presidência que concede o aparte, mas, Senador Eduardo Suplicy, o Senador Bello Parga, até mesmo antes de outros colegas falarem, havia levantado o microfone.

O Sr. Bello Parga — Outros já apartearam, e estou aguardando.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Wedekin) — A única solicitação que faço — parece ser absolutamente pertinente — é que V. Exª faça o seu aparte e que o Senador Eduardo Suplicy não mais conceda apartes.

É o apelo que a Presidência dos trabalhos faz.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Senador Bello Parga, tem V. Exª o aparte.

O Sr. Bello Parga — Nobre Senador Eduardo Suplicy, serei breve — aliás, V. Exª há de reconhecer que os meus apartes sempre são curtos, mesmo porque não concordo com a maneira que alguns Parlamentares aparteam: apropriam-se do discurso do orador e começam a estender suas opiniões, seus conceitos, às vezes até com o intuito de desviar o orador do tema principal do seu pronunciamento. Esperei pacientemente porque, até o momento, não atinei, no meu curto entendimento, com as razões que levaram V. Exª a fazer uma viagem ao exterior em busca da desaparecida mulher do assessor do Senado. Quero fazer outras observações, mas vou ser breve, para que haja um diálogo sucinto. Qual é a relação que tem a esposa do assessor com as irregularidades havidas no Orçamento da União?

O SR. EDUARDO SUPPLY — A Srª Ana Elizabeth Lofrano Alves dos Santos sabe muito sobre aquilo que se passou no Congresso Nacional. Ela mesma disse à Srª Amélia Penteado de Moura que saiu preocupada com as coisas erradas que haviam ocorrido em Brasília. Ela tem consciência dos fatos, tão graves são eles. Não sabemos ainda. O editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, caminhando na direção de V. Exª, indaga: "Por que razão o Senador Eduardo Suplicy quer saber, se o Sr. José Carlos Alves dos Santos já falou tudo?" Será que disse tudo? Tenho a certeza de que a Srª Ana Elizabeth sabe muito sobre esse assunto e será de extraordinária valia o seu aparecimento.

O Sr. Bello Parga — Quer dizer, então, que ela deve saber mais do que o marido, que já disse tudo, já fez denúncias até do que fez, do que viu e do que não viu?

O SR. EDUARDO SUPPLY — Ela certamente sabe mais do que foi relatado. É claro que ele sabe mais, mas ela sabe de coisas complementares e importantes.

O Sr. Bello Parga — Muito bem Quer dizer que ela poderá ser uma nova Marinalva. É isso? E trazer...

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Não, ela será a Srª Ana Elizabeth.

O Sr. Bello Parga — Uma nova Marinalva, porque irá trazer elementos que o marido teria ocultado, correto?

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Bom, a Srª Marinalva trouxe uma contribuição relevante, V. Exª há de convir.

O Sr. Bello Parga — Não estou impugnando o depoimento dela, estou apenas dizendo que seria a segunda edição da Marinalva, não é isso?

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Enquanto ela estava sendo dada como assassinada, o que se estava pensando? Que o esquema de corrupção tinha sido responsável pelo seu desaparecimento e eventual assassinato. E quem estava no esquema de corrupção? Pessoas que estão sendo investigadas.

Quero aqui dizer que o fato de se comprovar que ela esta viva vai, pelo menos, aliviar aquelas pessoas que poderiam ter alguma razão para fazê-la desaparecer. Só isso já é importante.

O Sr. Bello Parga — Nobre Senador Eduardo Suplicy, ainda não vi elementos que indiquem que ela está viva.

O SR. EDUARDO SUPLYCY — V. Exª tomou conhecimento do depoimento da Srª Amélia?

O Sr. Bello Parga — Sim, mas nem por isso o fato pode ser verdadeiro. A Srª Amélia pode ter-se enganado, pode ter confundido a pessoa. Faço perguntas porque quero me esclarecer. Acompanho os trabalhos da Comissão, embora não tão assiduamente como V. Exª Também leio romances policiais, também sou fã de Conan Doyle — uma das personagens que admirava, quando adolescente, era Sherlock Holmes —, então, preciso saber dessas coisas. Primeiro, V. Exª se preocupou mais com o problema familiar causado pelo desaparecimento dela e, subsidiariamente, com a possível relação desse desaparecimento com os acontecimentos que estão sendo apurados pela CPI do Orçamento. Foi o que disse o ofício que V. Exª leu.

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Nobre Senador Bello Parga, eu me interesso pela questão pública, mas jamais deixo de me preocupar com os seres humanos.

O Sr. Bello Parga — É isso. Assenta-lhe bem essa alma compassiva.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Wedekin) — Nobre Senador Bello Parga, dê uma oportunidade à Mesa. Em primeiro lugar, V. Exª disse que ia ser breve. Em segundo lugar, não é regular essa interpelação. Neste momento, o Senador Eduardo Suplicy é o orador, a quem V. Exª pode dar um aparte. V. Exª não pode — é absolutamente anti-regimental — ficar nessa interpelação. V. Exª terá outras tantas oportunidades de fazê-lo.

Na verdade, o Senador Suplicy não é alguém que está sendo inquirido como se fosse por uma CPI. Então, há uma irregularidade na forma como V. Exª está-se dirigindo a S. Exª Em outras palavras, aparte é aparte e interrogatório é interrogatório, e V. Exª sabem disso.

Por isso, a Mesa volta a fazer um apelo. Faz, aproximadamente, uma hora e quarenta minutos que o Senador Eduardo Suplicy está na tribuna e, certamente, S. Exª tem outras

tarefas, até mesmo investigatórias, a tratar. Nós o estamos tirando da sua tradicional tarefa e do seu talento específico.

De modo que peço a V. Exª que faça o aparte e o encerre como aparte.

O Sr. Bello Parga — Nobre Presidente, quando faço apartes, eu os faço breves. Não fico expendendo conceitos nem fazendo introduções ou prólogos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Wedekin) — Agora a irregularidade vai mais longe, porque V. Exª dialoga com a Mesa. É anti-regimental ficar no interrogatório, Senador. É isso que estou tentando passar a V. Exª

O Sr. Bello Parga — Não estou interrogando o nobre Senador. Se V. Exª assim entende, eu dou por terminada a minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Wedekin) — E a Mesa agradece.

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Sr. Presidente, quero encerrar. Só resta um pensamento breve do Senador Ney Maranhão.

O Sr. Ney Maranhão — Sr. Presidente, um minuto apenas, com a permissão de V. Exª Aliás, faz dias que o Senado não se reúne.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Wedekin) — O Presidente deu todas as permissões e se sente absolutamente constrangido para não dar também esta.

O Sr. Ney Maranhão — Muito obrigado a V. Exª Meu caro amigo, Senador Eduardo Suplicy, queria fazer-lhe uma pergunta em função da experiência que V. Exª adquiriu participando de investigações, tanto da CPI do PC como desta. O Senador Odacir Soares o parteou, e todos nós temos um grande respeito a essa pertinácia de V. Exª em investigar, ir fundo nas coisas em que acredita. Só queria perguntar-lhe se já descobriu, ou tem alguma idéia de qual é o interesse nessa Comissão Parlamentar de Inquérito dos "falcões" e dos "anões". V. Exª, como o nosso Sherlock Holmes internacional e nacional, já deve ter algo em vista para nos orientar. Quais os interesses dos "anões" e dos falcões"?

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Senador Ney Maranhão, não sei exatamente qual é a lista completa dos parlamentares que V. Exª qualifica como "falcões" ou como "anões", mas tenho notado que há alguns parlamentares que se especializaram em destinar recursos, como subvenções sociais, a entidades que depois não os aplicam corretamente, ocorrendo desvios; e há outros que se especializaram na obtenção de créditos subsidiados junto a entidades como o Banco do Nordeste do Brasil, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal. Depois, há uma interação com bancos privados, ou seja, trata-se de uma fórmula de acumular recursos extraordinários, especializando-se nessa área, depois interagindo com a outra.

Então, as especialidades interagem, mas, por enquanto, é este o estágio em que me encontro. Senador Ney Maranhão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Ney Maranhão — Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder, para uma pequena comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Wedekin) — Tem a palavra V. Exª, como Líder, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Como Líder, para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presi-

dente, Srs. Senadores existem, no Brasil, exposições agropecuárias importantíssimas, desde o nosso Rio Grande do Sul até a Amazônia. No entanto, não podemos deixar de citar a de Uberaba, que considero a maior exposição agropecuária do Brasil.

Sabemos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o nosso País é o primeiro do mundo em quantidade de gado, mas está no final da lista — 15º ou 16º lugar — em qualidade.

Eu não poderia deixar de me congratular, neste momento, com o Presidente do Banco do Brasil por ter atendido ao apelo feito por este Senador e pelo Presidente da Associação de Agropecuária de Pernambuco, Dr. Mário Borba, que veio a Brasília com sua diretoria. Solicitamos a S. Sª que o Banco do Brasil, que é a instituição de crédito de maior importância deste País, a exemplo do patrocínio dado à Exposição Agropecuária de Uberaba, patrocinasse também a 52ª Exposição Nordestina de Animais, considerada a segunda maior exposição do Brasil, a se realizar agora, no período de 14 a 21 de novembro, no Recife.

Tenho a satisfação, neste momento, de transmitir o agradecimento dos pecuaristas do Nordeste e do Brasil, que se reúnem nessa exposição em Recife, mostrando a qualidade, a capacidade e a tecnologia no que concerne ao desenvolvimento de animais bovinos, equinos e tantos outros.

Quero ler para este Senado um cartão do Presidente do Bando do Brasil, onde S. Sª diz o seguinte:

“Exmº Senador Ney Maranhão,

Tenho a satisfação de comunicar a V. Exª que foi atendido o pleito do patrocínio da 52ª Exposição Nordestina de Animais e Produtos Derivados, a ser realizada no período de 14 a 21-11-93, em Recife — PE. — Alcir Augustinho Calliari.”

Quero agradecer a S. Sª essa sensibilidade que a Presidência do Banco do Brasil teve com relação à agropecuária do Nordeste e de todo o Brasil e parabenizá-lo, em nome da Associação dos Agropecuaristas de Pernambuco e do Nordeste, pelo atendimento a esse pleito justo de, em boa hora, apoiar essa exposição, que terá lugar em Recife, no Estado de Pernambuco, e que terá um grande reflexo na agropecuária brasileira.

Eram estas as palavras com as quais eu gostaria de agradecer, neste momento, ao Presidente do Banco do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Wedekin) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores:

A questão nordestina — seca, desníveis sócio-econômicos, pobreza etc. — parece incorporada à nossa realidade cotidiana, numa espécie de fatalismo cujas bases se assentam na descontinuidade da ação governamental e no ceticismo sobre as potencialidades do Nordeste.

Muitos fatores têm contribuído para o predomínio dessa visão sombria, a começar pela interpretação equivocada de que a seca e a miséria nordestinas configuram um problema de interesse exclusivamente regional. Mesmo quando se considera a questão como de âmbito nacional e de responsabilidade coletiva, outros equívocos contribuem para manter o ceticismo, como o paternalismo que ao longo de décadas assinalou as relações entre a União e os Estados da região.

No entanto, Srs. Senadores, é necessário que nos indignemos com a dolorosa realidade de famílias inteiras que vivem à míngua numa região que tem potencial para gerar riquezas e dar condições dignas de vida aos seus habitantes. É preciso, mais ainda, que, sem descurar das soluções de emergência, nos empenhemos em buscar para o Nordeste uma solução definitiva, de resultados duradouros.

Felizmente, em meio às dificuldades, há pessoas, entidades e setores da sociedade brasileira que não se entregam ante as adversidades, e que descortinam um futuro melhor para o Nordeste e para o Brasil a partir do aproveitamento das potencialidades da região.

Impulsionados por essas motivações, empresários, técnicos, autoridades governamentais, dirigentes de organizações da sociedade, se uniram no Recife, nos dias 21 e 22 de outubro, no Hotel Sheraton Petribu, para aprofundar e debater temas de alta relevância, em seminário intitulado “O Semi-Árido no Mundo - Uma Safa Econômica”.

Com a participação de especialistas do País e conceituados nomes do exterior, o Seminário realizado sob o patrocínio da Souza Cruz S/A, presidida pelo Sr. Antônio Monteiro de Castro, com apoio da Rede Globo Nordeste, ensejou a discussão, o intercâmbio de experiências e o aprofundamento de conhecimentos, representando notável contribuição para a incorporação das terras semi-áridas ao sistema produtivo nacional.

Baseou-se o referido Seminário, coordenado pelo Dr. Paulo Sérgio Freitas Lemos, da Multiconsultoria, na experiência universal de produção agropecuária em regiões semi-áridas, cujos exemplos mais marcantes são os de Israel, México, Espanha, Itália, além dos notáveis projetos de irrigação das áreas secas da Califórnia, nos Estados Unidos. Na ocasião, foram apresentados exemplos de sucesso abordando a experiência de Israel na captação e transposição de águas, uso das águas no Vale de São Francisco, produção de sementes e mudas, melhoramento genético do rebanho, cultivo de grãos e a fruticultura irrigada nos vales dos rios do Nordeste. Os temas discutidos em Recife relacionaram-se, numa primeira parte, com os meios e instrumentos capazes de possibilitar uma produção elevada e de alta competitividade; e, na segunda parte, com os resultados a serem obtidos com o uso adequado dos fatores de produção.

Durante o encontro, foram abordados temas importantes e pragmáticos, que representam uma efetiva possibilidade de intervenção do homem na realidade secular da seca nordestina. Os temas gerais do encontro compreenderam a “Administração da Água no Semi-Árido”; “Bioengenharia na Agricultura”; “Fronteiras Agrícolas: Novas Oportunidades”; e “Alternativas de Exploração na Produção Animal”.

Quero destacar aqui, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a participação dos Engenheiros Agrônomos Maurício Carvalho de Oliveira e João Antônio Silva Albuquerque e do engenheiro Dr. Demócrito de Souza Farias. O Dr. Maurício Oliveira, que obteve o grau de Master of Science em Planejamento e Uso de Recursos Naturais na Universidade de East Anglia, no Reino Unido, tem cursos de especialização também no Egito, na Coreia e no Japão, além de uma rica experiência profissional. Membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente, CONAMA, é chefe do Serviço e Manejo de Bacias Hidrográficas e Conservação de Solos, do Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária. O Dr. João Antônio Albuquerque, diplomado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, obteve o grau de Magister Sciencial pela Universidade Federal de Pelotas, na área de fruticultura. Dono de

invejável currículo, é pesquisador do Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido, da EMBRAPA, em Petrolina — PE. Atualmente, dá suporte técnico-científico aos empreendimentos frutícolas do Vale do São Francisco, que têm exportado frutas produzidas na região para os principais centros consumidores da Europa e dos Estados Unidos. O Dr. Demócrito de Souza Farias, engenheiro civil pela Universidade Católica de Pernambuco, é especializado em Irrigação e Drenagem e foi executor de projetos que totalizam mais de 35 mil hectares de obras de irrigação pública e privada.

Outros conferencistas, especialmente convidados para o Seminário "O Semi-Árido no Mundo", foram o Dr. Ilan Amir, ex-presidente da Associação de Engenharia Agrícola de Israel, autor de mais de 100 publicações, e consultor da Water Commission of Israel; Dr. Eli Khayat, Bachelor of Sciences e Master of Science, e PhD pela Faculdade da Universidade Hebraica de Jerusalém, especializado nas áreas de pesquisa e treinamento em bioquímica e biologia celular de culturas agrícolas; Dr^a Sue K. Denise, Bachelor of Sciences e Master of Science, e PhD pela Colorado State University, dos Estados Unidos, com importantes estudos na produção de leite e adaptação ao calor a climas áridos; Dr. Richard Avery Zinn, Bachelor of Sciences, Master of Sciences e PhD, com mais de 200 publicações científicas na área de produção animal; e Dr. Dan Cohen, PhD pela Universidade de Brandeis, em Boston, nos Estados Unidos, que se especializou em equicultura nos trabalhos de pós-doutoramento, na Universidade Hebraica de Jerusalém.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a solução da crise brasileira passa, inevitavelmente, pela agricultura. É simplesmente inconcebível que um país como o nosso, com mais de 400 milhões de hectares passíveis de aproveitamento para atividades agropecuárias, permita que quase 40 milhões de brasileiros passem fome. Vale destacar que dos 40 milhões de brasileiros famintos, mais de 11 milhões são nordestinos, vítimas de prolongadas estiagens que assolam uma área de quase 1 milhão de quilômetros quadrados. Entretanto, a solução para este grave problema existe, e requer algo mais que medidas assistencialistas.

A viabilidade da exploração agropecuária no Nordeste tem sido demonstrada, nos últimos anos, com os polos de agricultura irrigada que têm revelado índices de produtividade superiores aos do Centro-Sul, ensejando inclusive o desenvolvimento da agroindústria e do setor terciário. Desejo, Sr. Presidente, apenas para dar um exemplo, referir-me à expansão das atividades de fruticultura em pleno Semi-Árido.

O segmento da fruticultura irrigada no núcleo produtor de Petrolina (PE)/Juazeiro (BA) já se converteu no maior núcleo exportador de frutas do País com cifras de exportação cujas expectativas hoje suplantam a casa dos US\$ 50 milhões anuais.

Frise-se ainda serem esses números passíveis de grande crescimento: em 1988, portanto há apenas cinco anos, as exportações totais de frutas do País eram de US\$ 50 milhões, o Vale do São Francisco participava apenas com 10%. Considere-se também a significativa capacidade de expansão da produção, se atentarmos para o fato de que existe ainda uma extensão de área irrigável em todo Nordeste de 6,1 milhões de hectares.

Dados disponíveis, sujeitos a reavaliações para maior, registram para o Submédio São Francisco uma área total irrigada de 82.000 hectares, correspondendo a cerca de 10% do total de área irrigada do Nordeste, o que nos permite estimar que o potencial de exportações anuais de frutas do Vale do

São Francisco pode alcançar os US\$ 300 milhões. Os resultados que têm verificam nessas atividades têm a sua contrapartida na geração dos desejáveis benefícios sociais.

As estatísticas de evolução da renda, do emprego e da arrecadação de impostos, a partir de cidades-pólo, como Petrolina, são estimulantes. Apenas para ilustrar, sabe-se que a receita do município de Petrolina cresceu no período de 1978/88, cerca de 738% em termos reais.

A ocorrência de tais nichos de desenvolvimento econômico-social, dentre os quais o caso particular do pólo Petrolina/Juazeiro, tem correspondentes em vários outros núcleos da região semi-árida do Nordeste. Tais mudanças positivas, que surgem numa circunstância de crise econômica, apontam caminhos de solução para o Brasil que passam pelo semi-árido.

Ao tempo em que registro a realização deste importante Seminário — que demonstrou a preocupação de uma empresa privada de grande porte para com a situação do Nordeste — e, por esse motivo, cumprimento dos patrocinadores e organizadores desse Seminário Internacional, por considerar fundamental, na busca da consolidação do processo de desenvolvimento do semi-árido, exercitar uma reflexão sobre alguns pontos que estão a merecer análise e ações concretas.

Neste particular, finalizo abordando três pontos que considero fundamentais:

O primeiro deles reside na importância de se mobilizarem recursos para a pesquisa e tecnologia da fruticultura em particular, e da agricultura irrigada em geral, de forma a garantir a competitividade externa.

O segundo refere-se à busca de equacionarmos num arcabouço legal que possa compatibilizar os diversos interesses envolvidos no uso múltiplo das águas, considerando a sua escassez e as prioridades econômicas e sociais.

E, finalmente, a "questão Mercosul" onde desponta a ameaça das dificuldades que poderão ser impostas aos produtores em função de subsídios hoje disponíveis nos demais países que o integram. Acredito que as preocupações aqui explicitadas venham também a ser objeto de análise e medidas concretas no âmbito do Poder Executivo no sentido de viabilizar recursos orçamentários para a Embrapa especificamente para pesquisa no campo da fruticultura e no âmbito dos Ministérios da Fazenda e das Relações Exteriores na formulação de uma política tributária que compatibilize o livre comércio com condições adequadas à competição econômica. Quanto à adequação da legislação para o uso múltiplo das águas, o assunto deve ser reexaminado na análise e apreciação do projeto que altera o Código de Águas ora em tramitação no Congresso Nacional e por ocasião da Revisão Constitucional.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, concluo convicto de que, com decisão política e a utilização de tecnologias adequadas, como as que foram discutidas e aprofundadas no Seminário que acabo de relatar, haveremos de pôr fim a esse sofrimento secular. Teremos, então, um Nordeste plenamente integrado à unidade nacional, capaz não apenas de oferecer vida digna aos seus habitantes, mas também de contribuir para a melhoria da qualidade de vida de todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Wedekin) Concedo a palavra ao nobre Senador João França.

O SR. JOÃO FRANÇA (PP-RR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores:

Os parlamentos, nos países de regime democrático, são assembleias às quais competem primordialmente duas tarefas: a elaboração das leis e a votação do orçamento. Esta tarefa.

a votação do orçamento, é vista, aliás, como o próprio ato político que deu origem aos parlamentos.

Como se sabe, encontram-se na Inglaterra as origens mais remotas do orçamento público. Afirmam alguns historiadores que, naquele país, a máxima segundo a qual "todo imposto deve ser consentido pelo povo" é tão antiga que ninguém pode precisar sua origem.

Há, porém, os que identificam essa origem na célebre Magna Carta, salvaguarda das liberdades inglesas, aceita em 1215, pelo rei João sem Terra, que lhe após o selo real por imposição dos barões, que a prepararam após se rebelarem contra os excessos tirânicos do filho de Henrique II, especialmente contra a elevação da "scutage", imposto pago pelos vassallos para se eximirem do serviço militar, bem como para atender às despesas do exército real com as guerras.

Estabelece o item 12 da Magna Carta, também chamada Carta dos Barões, com as exceções e limites nele previstas, que "nenhuma scutage ou taxa pode ser lançada no nosso reino sem o consentimento geral". Com tal prescrição, tornou-se aquela carta verdadeiro monumento às liberdades dos vassallos. Restringindo as despesas reais, através da limitação da liberdade do rei de lançar tributos, traçou ela os primeiros contornos do orçamento público.

Na França, em 1483, já existia a idéia de que todo imposto deveria ser consentido pela nação. Essa declaração ganhou grande vulto após a revolução de 1789, firmando-se o princípio da aprovação dos impostos pelo voto dos representantes da nação.

Nos Estados Unidos da América, a questão tributária e orçamentária chega mesmo a identificar-se com a história da própria independência daquela nação. Como se sabe, a independência americana, proclamada em 1776, foi a culminância de uma série de fatos que se deram em oposição a diversas tentativas feitas pelo Parlamento inglês de cobrar impostos aos colonos, tendo o Congresso, reunido em Filadélfia em 1774, aprovado esta declaração: "Rejeitamos toda idéia de imposto interior ou exterior que tenha por objeto arrecadar receitas de cidadãos da América sem o seu consentimento". De fato, foi a imposição de taxas que levou as colônias americanas à insurreição e à guerra pela independência. Como afirma importante professor norte-americano, "a história do orçamento é a história de séculos de lutas pelo controle popular do tesouro público".

No Brasil, infelizmente, nossa história demonstra que não temos, a exemplo daqueles países e de outros povos de governo democrático, a cultura de discutir seriamente o Orçamento. Em nosso país, Sr. Presidente, Srs. Senadores, votar o Orçamento não tem sido a mais nobre missão do Parlamento. Aqui, a proposta orçamentária sequer é um instrumento de planejamento do Estado. Em relação ao Orçamento, o que temos tido mesmo é um conjunto de graves e permanentes problemas, há muito tempo acumulados e nos últimos anos agravados.

Durante os anos da ditadura militar, por exemplo, com as restrições por ela impostas ao Congresso Nacional, a proposta orçamentária passou a ser encaminhada pronta ao Poder Legislativo pelo Poder Executivo.

Com a Constituição de 1988, o Congresso recuperou as prerrogativas de emendar o Orçamento, cabendo-lhe, ainda, de acordo com o texto constitucional, a atribuição de apreciar os projetos de lei relativos ao plano plurianual e às diretrizes orçamentárias, além de realizar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta. Na prática,

porém, o que prescreve a atual Constituição não contribuiu para o aperfeiçoamento do processo de elaboração, aprovação e execução orçamentárias. Infelizmente, tem-se notado, nessas etapas, o recrudescimento da irracionalidade e do clientelismo. Tampouco o Congresso Nacional assumiu sua atribuição de fiscalizar a execução orçamentária.

No Brasil, não se elabora o Orçamento com vistas às prioridades e às grandes opções nacionais. A proposta que vem do Executivo não passa de mera peça de ficção, que, uma vez chegada ao Congresso, se transforma em jogo de cena, onde muitos parlamentares disputam emendas para tão somente beneficiar obras em seus Estados e Municípios. O absurdo desse jogo está nas dezenas de milhares de emendas oferecidas pelos parlamentares à proposta orçamentária nos últimos anos.

Não bastasse tudo isso, há todos os descabimentos que foram praticados por parlamentares no âmbito da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que se tornou um imundo balcão de negócios, onde os recursos públicos passaram a ser alocados de acordo com o poder de pressão dos lobbies regionais, de órgãos do próprio Governo e dos mais poderosos segmentos da economia, como as empreiteiras. Nesse balcão, alguns parlamentares barganham tudo, oferecem a honra em troca de polpudas propinas e negociam verbas para receber apoio político.

A Comissão Mista encontra-se inchada, com número excessivo de membros. Com 120 parlamentares, enfrenta dificuldades até mesmo de quorum para reunir-se regularmente. E pior: tornou-se feudo de alguns parlamentares, que a manipulam em proveito próprio, conforme vem sendo apurado na CPI.

A metodologia escolhida no Brasil para a elaboração, discussão e aprovação do Orçamento e os prazos exíguos para o cumprimento de todas essas complexas fases são outros fatores que dificultam o trabalho do Congresso Nacional. Na prática, os métodos inadequados e o tempo insuficiente acabam por permitir que a Comissão, não o Plenário do Congresso Nacional, decida sobre o texto final da lei orçamentária.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, proponho a extinção da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sugestão que, diga-se a propósito, não é inédita nem recente, e que é defendida por vários Srs. Senadores e Deputados de diferentes partidos.

O momento é mais que propício para a discussão da proposta, Sr. Presidente, Srs. Senadores, porquanto nos encontramos em período prévio à revisão constitucional e em plena averiguação, através da CPI do Orçamento, dos males causados ao País pela desastrosa atuação de parlamentares na comissão.

O que de vista que defendo é a de que, extinta por alteração da Constituição Federal, a Comissão Mista seja substituída por comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que se encarregarão da discussão e aprovação dos orçamentos setoriais, divididos de acordo com os temas da competência de cada um daqueles órgãos técnicos. Os orçamentos setoriais, uma vez compatibilizados e sistematizados, serão submetidos à deliberação do Congresso Nacional.

Evidentemente, para assumir as novas funções, as comissões temáticas das duas Casas do Congresso Nacional terão que passar por processo de ampla e profunda reestruturação. De imediato, verifica-se a necessidade da redefinição dos temas pertinentes a cada comissão técnica, em virtude da existência de dotações orçamentárias relativas a assuntos

atualmente por elas não contemplados. A seguir, será necessário dotar as comissões dos recursos humanos, materiais e tecnológicos necessários ao cumprimento de suas novas atribuições.

A propósito, merece comentário o fato de que o Congresso Nacional reclama urgentemente a presença, em seus quadros, de funcionários com formação especializada e em quantidade suficiente para o desempenho das tarefas de assessoramento e de apoio aos parlamentares na área orçamentária. Sem esses técnicos, o Poder Legislativo não poderá assumir suas prerrogativas constitucionais de órgão encarregado de fiscalizar a execução do Orçamento.

De acordo com minha proposta, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a tramitação do Orçamento pelas comissões técnicas permanentes transformá-las-á em foros privilegiados para a discussão da matéria, tendo em vista a familiarização que será obtida pelos parlamentares com o tema e a especialização dos funcionários. Além disso, nelas, os orçamentos setoriais poderão ser discutidos por maior tempo, diria mesmo até de forma permanente, com dedicação quase exclusiva, uma vez que os titulares e os técnicos de cada unidade orçamentária poderiam comparecer, ao longo do exercício e a qualquer momento, às comissões, para o debate sobre planos, projetos, atividades e as respectivas necessidades de alocação de recursos orçamentários. Tudo isso fará com que as discussões sobre destinação de verbas passem a ter conteúdos técnico e político, segundo critérios objetivos, deixando de ser meramente motivadas pelo clientelismo e pelo fisiologismo, como ocorre atualmente.

As comissões técnicas devem ser cometidas também as atribuições constitucionais de fiscalização e controle da execução orçamentária, tarefas que devem ser realizadas pelo Congresso Nacional em caráter permanente. A grande vantagem de essas tarefas serem assumidas pelas comissões temáticas é que será mais fácil a quem participa diretamente da formulação do Orçamento realizar a fiscalização de sua execução, principalmente se se pensa em uma fiscalização setorializada.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, com as considerações que acabo de fazer, julgo ter trazido ao debate desta Casa tema da maior relevância e atualidade. Ousaria afirmar que, de seu equacionamento, dependeria mesmo encaminhamento de grande parte da crise política que vive a sociedade brasileira. Estando o Orçamento na origem dos Paramentos e na raiz da própria democracia, sem que tenhamos controle sobre a sua elaboração e aprovação, não há como mantermos o regime de liberdade no Brasil. Pensemos nisso, Srs. Senadores!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. João França, o Sr. Nelson Wedekin, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) - Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Wedekin.

O SR. NELSON WEDEKIN (PDT-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores:

Guarapuava, cidade paranaense, sediou no mês de julho o encontro estadual da Juventude Socialista do PDT, abrigando cerca de quinhentos jovens, representantes de quarenta e oito municípios daquele pujante Estado.

É-nos particularmente prazeroso fazer constar dos Anais da Casa a realização desse evento, em especial por se tratar de iniciativa e manifestação de jovens já adrede comprom-

tidos com a causa política nacional e partícipes atuantes de temário que ocupa os espaços da mídia escrita e televisiva.

Afinal, que esperança nos alenta mais do que a representada por esses moços que nos sucederão na condução do múnus público, desde já saudavelmente engajados no processo de haurir preparo, adestramento e experiência para tal?

Entremeio a momentos tão difíceis e até cruéis por que tem passado a Nação nesses últimos tempos, devolvem-nos e aquecem-nos o ânimo os termos da correspondência que nos foi enviada pelo presidente da Juventude Socialista do PDT/PR.

Além de decidir reconduzir os atuais titulares na direção estadual dessa facção do PDT, o encontro lavrou, como fecho de suas resoluções, a "Carta de Guarapuava", que "reafirma disposição de luta contra a política neoliberal entreguista do Governo Federal; contra o desmantelamento do Estado; contra os monopólios das comunicações; em defesa intransigente dos interesses nacionais; a favor da escola pública, gratuita, integral e de boa qualidade; pelas reformas de base e retomada do desenvolvimento nacional, através da potencialização das nossas riquezas nacionais e pelo combate, até as últimas consequências, contra as ações desumanas e avassaladoras do imperialismo, direcionadas contra os povos latino-americanos".

O acontecimento, consigne-se, foi prestigiado por eminentes líderes pedetistas, que contribuíram com seu brilhantismo pessoal e experiência forjada na militância partidária, quando do enfoque de temas relevantes, todos eles pertinentes ao momento político que vivemos, afeto ao interesse nacional.

Acordaram ainda os participantes da reunião da Juventude Socialista em fazer composição com todas as forças políticas que entendem eles irmanadas com as causas democráticas e populares, tendo em vista o objetivo maior de concretização do projeto nacional do PDT.

Alvissaras, pois, a essa juventude vibrante, calorosa, participativa, preocupada com os destinos da Pátria, consciente do papel histórico que desempenha, resultante do exercício cívico da prática partidária e da militância cidadã.

Oxalá muitos outros jovens pudessem multiplicar-se, e multiplicados, somar-se a esses que motivam e justificam nossa palavra no dia de hoje, e, igualmente, pudessem dispor das mesmas condições de acesso, dinamismo e atuação! Certamente, porém, a longo prazo essa meta poderá ser atingida, com pertinácia e obstinação, se trabalhos desse porte tiveram continuidade, se esse grupo seletivo de moços não esmorecer, se o seu modelo permanecer, sempre estimulando, revitalizando e mantendo o sangue novo indispensável à iniciativa e ação partidárias, que se pretendem inovadoras e à altura das mais legítimas aspirações populares.

Como representante do PDT nesta excelsa Casa de Leis quero, Sr. Presidente, Sr^{es} Senadoras e Srs. Senadores, registrar e agradecer o bom exemplo dos jovens do nosso partido, e desde já vaticinar os frutos dourados que dele advirão, contribuição inestimável para o aprimoramento da democracia de países como o Brasil, ainda em fase de desenvolvimento.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) - Concedo a palavra ao nobre senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (PFL-RO. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores dois eventos sumamente auspiciosos estão marcando esta segunda semana de novembro. O primeiro diz respeito ao lançamento da segunda edição de "Turismo é Indústria" - atraente publicação

da Associação Brasileira de Agências de Viagens que, endereçada às autoridades de governo e aos parlamentares, visa a provê-los de informações atualizadas sobre esse importante segmento econômico.

O segundo evento, desperta-nos, particular interesse, tanto mais que nele se envolve a empreendedora e dinâmica contrerrânea, Sr^a Warly Nascimento, que hoje, em Porto Velho, será empossada na presidência regional da Associação Brasileira de Agências de Viagens, de Rondônia.

Ambos os acontecimentos põem em relevo o tema, cada dia mais palpitante do turismo como atividade econômica das mais rentáveis. Tão rentável, que já houve quem, numa tirada bem achada e pitoresca, denominasse o turismo de "indústria sem chaminés".

Fazendo nossas as palavras de "Turismo é Indústria", alinhamos abaixo, os principais argumentos que sublinham a importância do Turismo como Indústria.

"Anualmente são feitas mais de 475 milhões de viagens internacionais e um número incalculável de viagens domésticas, internas. O simples fato das pessoas se deslocarem, seja por lazer ou motivadas por negócios ou contatos comerciais, deverá movimentar US\$3,4 trilhões em 1994, empregando cerca de 204 milhões de pessoas em todo o mundo e contribuindo com US\$655 bilhões em taxas e impostos diretos e indiretos. Ou seja, na média, um em cada dez trabalhadores estará ligado diretamente à indústria turística — transportes, hotelaria, agenciamento de viagens, restaurantes, locação de veículos e entretenimento — ou indiretamente. No Brasil, segundo o último levantamento disponível, o turismo emprega mais de 1,6 milhão de pessoas e fatura cerca de US\$1,5 bilhão somente com os viajantes estrangeiros — cerca de 0,3% do total de viagens internacionais. Com valores expressivos diante da realidade nacional, porém insignificantes quando enfocados no panorama mundial e pelo seu potencial, fica claro que o País tem todas as condições de se desenvolver no setor. Incentivar essa indústria é importante por vários motivos:

a) proporciona o retorno mais rápido dos valores investidos. Como exemplo podemos citar o caso dos Estados do Nordeste brasileiro que fizeram campanhas promocionais na Argentina e tiveram uma resposta imediata, sem a necessidade de grandes investimentos em infra-estrutura;

b) é a alternativa mais viável de desenvolvimento para países com grandes riquezas naturais, como é o caso do Brasil;

c) trata-se de uma indústria com interesses diretos na preservação desses recursos naturais, além dos monumentos históricos e culturais;

d) não polui, quando bem administrado;

e) é a indústria mais democrática na distribuição de renda, visto que pode beneficiar diretamente uma série de segmentos: das companhias aéreas aos pequenos artesãos. Além de incentivar o consumo e a produção de outros setores, como a indústria automobilística, a construção civil e até a agricultura;

f) gera novos empregos, contribuindo para a fixação das pessoas em suas regiões de origem e aumentando sensivelmente a qualidade de vida local;

g) as melhorias feitas em nome do desenvolvimento turístico beneficiam, primeiramente, as populações da cidade ou região;

h) gera a arrecadação de impostos e taxas que podem ser destinados às áreas sociais, melhorando os serviços prestados à população;

i) é a indústria que mais cresce no mundo."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao fazermos o registro desses dois acontecimentos tão relevantes, queremos apresentar nossas mais vivas congratulações ao Sr. Tasso Gadzanis, digno Presidente da ABAV pela frutífera iniciativa de dar a conhecer aos parlamentares os motivos que tornam o turismo uma indústria das mais rentáveis e promissoras, bem assim como à prezada amiga e contrerrânea Sr^a Warly Nascimento, por sua posse na presidência da ABAV de Rondônia, augurando-lhe os melhores êxitos à frente dessa importante associação.

Obrigado.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Albano Franco _ Almir Gabriel _ Bello Parga _ Beni Veras _ Carlos Patrocínio _ César Dias _ Dario Pereira _ Eduardo Suplicy _ Elcio Alvares _ Francisco Rollemberg _ Garibaldi Alves Filho _ Henrique Almeida _ Humberto Lucena _ Hydekel Freitas _ Jarbas Passarinho _ João Calmon _ João França _ João Rocha _ Jonas Pinheiro _ Josaphat Marinho _ José Paulo Bisol _ José Sarney _ Lavoisier Maia _ Mansueto de Lavor _ Márcio Lacerda _ Nelson Wedekin _ Ney Maranhão _ Odacir Soares _ Pedro Simon _ Raimundo Lira _ Ronaldo Aragão _ Ronan Tito.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Wedekin) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de quinta-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 175, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 175, de 1993 (nº 4.153/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que inclui a categoria funcional de Agente de Portaria no Anexo X da Lei nº 7.995, de 9 janeiro de 1990, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário. Relator: Senador Pedro Teixeira, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

— 2 —

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 135, DE 1993 — COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1993 — Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta parágrafo ao art. 38 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para excluir do benefício do sigilo bancário as pessoas que menciona, tendo

Parecer, proferido em Plenário. Relator: Senador José Richa, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos, favorável ao Projeto e pela tramitação autônoma, como projeto de lei, das emendas apresentadas.

— 3 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1993 (nº 1.270/91, na Casa de origem), que dispõe sobre o salário mínimo de médicos e cirurgiões-dentistas, tendo

Parecer, proferido em Plenário. Relator: Senador Almir Gabriel, em substituição à Comissão de Assuntos Sociais, favorável ao Projeto com emenda de redação que apresenta.

(Dependendo de Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a emenda)

— 4 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 217, DE 1993

Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 217, de 1993 (nº 2.287/91, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, e dá outras providências. (Dependendo de pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos)

— 5 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 115, DE 1992

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 1992 (nº 4.620/90, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a doação do imóvel que menciona, tendo

Parecer favorável, sob nº 346, de 1993, da Comissão — de Constituição, Justiça e Cidadania.

— 6 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 172, DE 1992 — COMPLEMENTAR

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 172, de 1992 — Complementar, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre o cumprimento imediato do disposto no § 2º do art. 192 da Constituição Federal, tendo

Parecer favorável, sob nº 194, de 1993, da Comissão — de Assuntos Econômicos.

— 7 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 1990

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1990 (nº 3.516/89, na Casa de origem), que dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão do crime organizado, tendo

Parecer, sob nº 381, de 1992, da Comissão — de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos do substitutivo que apresenta.

— 8 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 102, DE 1993

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 102, de 1993 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 367, de 1993), que autoriza a Prefeitura do Município de Guarulhos (SP) a contra-

tar operação de crédito, com o Banco Econômico S.A., no valor de até quatrocentos e trinta e seis milhões de cruzeiros reais.

— 9 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 103, DE 1993

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 103, de 1993 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 368, de 1993), que autoriza a Prefeitura Municipal de Faxinal do Soturno (RS) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul — BANRISUL, no valor de dois milhões, trezentos e oitenta e quatro mil e trezentos e setenta e seis cruzeiros reais, a preços de maio/93, dentro do Programa Integrado de Melhoria Social — PIMES.

— 10 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 104, DE 1993

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 104, de 1993 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 369, de 1993), que autoriza a Prefeitura Municipal de Sarandi (PR) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A — BANESTADO, no valor de trinta e dois milhões e cento e setenta mil cruzeiros reais, dentro do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU, para execução de projetos de infra-estrutura urbana, naquela municipalidade.

— 11 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 105, DE 1993

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 105, de 1993 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 370, de 1993), que autoriza a Prefeitura Municipal de São Jorge do Ivaí (PR) a contratar operação de crédito no valor de oito milhões de cruzeiros reais junto ao Banco do Estado do Paraná — BANESTADO.

— 12 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 106, DE 1993

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 106, de 1993 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 371, de 1993), que autoriza a Prefeitura Municipal de Maringá (PR) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná — BANESTADO, no valor de duzentos e sessenta e nove milhões, oitocentos e trinta e nove mil e novecentos cruzeiros reais, utilizando recursos do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Wedekin) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12h38min.)

ATO DO PRESIDENTE Nº 557, DE 1993

Altera o Quadro de Detalhamento da Despesa fixada no Orçamento Fiscal do Senado Federal.

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, e tendo em vista o

disposto no art. 57, § 3º, da Lei nº 8.447, de 21 de julho de 1992, resolve:

Art. 1º Fica alterado na forma do Anexo, o Quadro de Detalhamento da Despesa fixada no Orçamento da Unidade 02.101 — Senado Federal, que com este baixa.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário. Senado Federal, 12 de novembro de 1993. — Senador Humberto Lucena, Presidente.

02.000 - SENADO FEDERAL**02.101 - SENADO FEDERAL - SECRETARIA**

EM CR\$ 1,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CANCELAMENTO		RECURSOS DE TODAS AS PONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL		
ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	PONTE	DETALHADO	TOTAL
01.001.0001.2021 - Administração e Coordenação dos Serviços Legislativos				
01.001.0001.2021/0002 - Funcionamento do Senado Federal	3.4.90.39	100	100.000.000	100.000.000

RECURSOS DO TESOURO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL
100.000.000	100.000.000	100.000.000

02.000 - SENADO FEDERAL**02.101 - SENADO FEDERAL - SECRETARIA**

EM CR\$ 1,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - SUPLEMENTAÇÃO		RECURSOS DE TODAS AS PONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL		
ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	PONTE	DETALHADO	TOTAL
01.001.0001.2021 - Administração e Coordenação dos Serviços Legislativos				
01.001.0001.2021/0002 - Funcionamento do Senado Federal	3.4.90.30	100	100.000.000	100.000.000

RECURSOS DO TESOURO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL
100.000.000	100.000.000	100.000.000

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 74, de 1993

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 022.402/93-4, resolve tornar sem efeito o Ato nº 71, de 1993, desta Diretoria, que nomeou ANDRÉ GIL FONSECA DE OLIVEIRA FILHO, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Líder do PRN, Senador Ney Maranhão.

Senado Federal, 11 de novembro de 1993. — Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 75, DE 1993

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 022.602/93-3, resolve nomear HILDA DE MELLO OLIVEIRA para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Líder do PRN, Senador Ney Maranhão.

Senado Federal, 11 de novembro de 1993. — Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral.

MESA Presidente Humberto Lucena _ PMDB _ PB 1º Vice-Presidente Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI 2º Vice-Presidente Levy Dias _ PTB _ MS 1º Secretário Júlio Campos _ PFL _ MT 2º Secretário Nabor Júnior _ PMDB _ AC 3º Secretário Júnia Marise _ PRN _ MG 4º Secretário Nelson Wedekin _ PDT _ SC Suplentes de Secretário Lavoisier Maia _ PDT _ RN Lucídio Portella _ PDS _ PI Beni Veras _ PSDB _ CE Carlos Patrocínio _ PFL _ TO LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Pedro Simon	LIDERANÇA DO PMDB Líder Mauro Benevides Vice-Líderes Cid Sabóia de Carvalho Garibaldi Alves Filho José Fogaça Ronaldo Aragão Mansueto de Lavor LIDERANÇA DO PSDB Líder Mário Covas Vice-Líder Jutahy Magalhães LIDERANÇA DO PFL Líder Marco Maciel Vice-Líderes Elcio Álvares Odacir Soares LIDERANÇA DO PSB Líder José Paulo Bisol LIDERANÇA DO PTB Líder Jonas Pinheiro	Vice-Líder Valmir Campelo LIDERANÇA DO PDT Líder Magno Baceilar LIDERANÇA DO PRN Líder Ney Maranhão Vice-Líder Áureo Mello LIDERANÇA DO PP Líder Irapuan Costa Júnior LIDERANÇA DO PDS Líder Esperidião Amin LIDERANÇA DO PDC Líder Epitácio Cafeteira LIDERANÇA DO PT Líder Eduardo Suplicy
--	---	--

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Iram Saraiva
Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaça	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Marcio Lacerda	MT-3029/30
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MS-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38
PFL			
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	SP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elcio Alvares	ES-3131/32	João Rocha	TO-4071/72
PSDB			
Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	
PTB			
Luiz Alberto	PR-4059/60	Afonso Camargo	PR-3062/63
Carlos De'Carli	AM-3079/80	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
PDT			
Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
PRN			
Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
PDC			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
PDS			
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
PP			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramais 3972 e 3987
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)
Presidente: Beni Veras
Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares	Suplentes		
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaça	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/4393	Ronan Tito	MG-3038/39
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34
Márcio Lacerda	MT-3029	Vago	
Vago		Vago	

PFL

Lourival Baptista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Marco Maciel	PE-3197/99	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Alvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/46

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94

PTB

Mariuce Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Afonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliviera	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Carli	AM-3079/81

PDT

Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53
----------------	------------	----------------	------------

PRN

Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56

PDC

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37
--------------------	------------	--------------	------------

PDS

Lucídio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23
------------------	------------	-------------------	------------

PSB / PT

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

PP

Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22
----------------	------------	-------------	------------

Secretário: Luiz Cláudio Vera Lúcia
Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341
Sala de reuniões: 3652
Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.
Sala nº 09 - Ala Alexandre Costa

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
Presidente: João Rocha
Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Ronan Tito	MG-3038/39/40	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65/66	Juvêncio Dias	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15
PFL			
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/19
Raimundo Lira	PB-320/02	Bello Parga	MA-3069/70
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Alvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

PSDB			
Beni Veras	CE-3242/43/44	Almir Gabriel	PA-3145/47
José Richa	PR-3163/64	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

PTB			
Afonso Camargo	PR-3062/63	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
Valmir Campelo	DF-3188/89/4061	Luiz A. Oliveira	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Mariuce Pinto	RO-4062/63

PDT			
Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40

PRN			
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-4215/18
Ney Maranhão	PE-3101/02	Aureo Mello	AM-3091/92

PDC			
Moisés Abrão	GO-3136/37/3522	Gerson Camata	ES-3203/04

PDS			
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24

PP			
Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90

PT/PSB			
Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25

Secretário: Dirceu Vieira M. Filho
Ramais: 311-3515/3516/4354/3341
Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 4344

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL _ CRE

(19 Titulares e 19 Suplentes)
Presidente: Alfredo Campos
Vice-Presidente: Hydekel Freitas

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Ronan Tito	MG-3039/40	Mauro Benevides	CE-3052/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Flaviano Melo	AC-3493/94
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Divaldo Suruagy	AL-3185/86	Mansueto de Lavor	PE-3182/83
João Calmon	ES-3154/55	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Ruy Bacelar	BA-3160/61	Cesar Dias	RR-3064/65

PFL			
Guilherme Palmeira	AL-3245/46	Francisco Rollemberg	SE-3032/34
Hydekel Freitas	RS-3064/65	Josaphat Marinho	BA-3173/74
Lourival Baptista	SE-3027/28	Raimundo Lira	PB-3200/3201
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Marco Maciel	PE-3197/98

PSDB			
Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Eva Blay	SP-3119/20

PTB			
Luiz A. Oliveira	PR-4058/59	Valmir Campelo	DF-3188/89
Mariuce Pinto	RR-4062/63	Jonas Pinheiro	AP-3206/07

PDT			
Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75

PRN			
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215

PDC			
Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74

PP			
Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128

PDS			
Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56

Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos
Ramais: 3496 e 3497
Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3546

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA _ CI

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Dário Pereira
Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Flaviano Melo	AC-3493/94	Amir Lando	RO-3110/11
Mauro Benevides	CE-3194/95	Ruy Bacelar	BA-3161/62
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Ronaldo Aragão	RR-4052/53
Onofre Quinan	GO-3148/49	Ronan Tito	MG-3039/40
Gilberto Miranda	AM-3104/05	Juvêncio Dias	PA-3050/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Antonio Mariz	PB-4345/46
Marcio Lacerda	MT-3029/30	Wilson Martins	MS-4345/46
Vago		Vago	

PFL			
Dário Pereira	RN-3098/99	Raimundo Lira	PB-3201/02
Henrique Almeida	AP-3191/92	João Rocha	TO-4071/72
Elcio Alvares	ES-3131/32	Carlos Patrocínio	TO-4068/69
Bello Parga	MA-3069/72	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Hydekel Freitas	RJ-3082/83	Vago	

PSDB			
Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Beni Veras	CE-3242/43
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Vago	

PTB			
Lourenberg N. R.	MT-3035/36	Afonso Camargo	PR-3062/63
Mariuce Pinto	RR-4062/63	Vago	

PDT			
Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75

PRN			
Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56

PDC			
Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37

PDS			
Lucídio Portella	PI-3055/56	Esperidião Amin	SC-4206/07

PP			
João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22

Secretário: Celson Parente _ Ramais 3515 e 3516
Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3286

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
Presidente: Valmir Campelo
Vice-Presidente: Juvêncio Dias

Titulares	Suplentes
PMDB	
João Calmon	ES-3154/55
Flaviano Melo	AC-3493/94
Mauro Benevides	CE-3052/53
Wilson Martins	MS-3114/15
Juvêncio Dias	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83
José Fogaça	RS-3077/78
Pedro Simon	RS-3230/31
Iram Saraiva	GO-3134/35
PFL	
Josaphat Marinho	BA-3173/74
Márcio Maciel	PE-3197/98
Álvaro Pacheco	PI-3085/86
Raimundo Lira	PB-3201/02
Bello Parga	MA-3069/72
PSDB	
Almir Gabriel	PA-3145/46
Eva Blay	SP-3119/20
Teotônio V. Filho	AL-4093/94
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Antônio Mariz	PB-4345/46
Onofre Quinan	GO-3148/49
Marcio Lacerda	RJ-3029/30
Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Amir Lando	RO-3110/11
Ruy Bacelar	BA-3160/61
Alfredo Campos	MG-3237/38
Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Dario Pereira	RN-3098/99
Odacir Soares	RO-3218/19
Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Henrique Almeida	AP-3191/92
Beni Veras	CE-3242/43
Mário Covas	SP-3177/78
José Richa	PR-3163/64

PTB

Valmir Campelo DF-3188/89
Jonas Pinheiro AP-3206/07
Louremberg N. R. MT-3035/36

Luiz A. Oliveira PR-4058/59
Marluce Pinto RR-4062/63
Carlos De' Carli AM-3079/80

PDT

Darcy Ribeiro RJ-4229/30

Magno Bacelar

MA-3074/75

PRN

Aureo Mello AM-3091/92
Ney Maranhão PE-3101/02

Albano Franco SE-4055/56
Saldanha Derzi MS-4215/18

PDC

Moisés Abrão TO-3136/37

Epitácio Cafeteira

MA-4073/74

PDS

Jarbas Passarinho PA-3022/23

Esperidião Amin

SC-4206/07

PP

Meira Filho DF-3221/22

João França

RR-3067/68

PT/PSB

Eduardo Suplicy SP-3213/15

José Paulo Bisol

RS-3224/25

Secretária: Mônica Aguiar Inocente

Ramais: 3496/3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral CR\$ 3.620,00

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral CR\$ 3.620,00

J. avulso CR\$ 30,00

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil - Agência 0452-9 - CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.